



# Anais da Assembléia

Nº 55

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1983.

TERÇA-FEIRA

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artágão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte (36). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Basílio Zanusso, Donato Gulín, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Odeni Mongruel, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado (21); e em licença, o Deputado Wilson Fortes (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem 59/83

Curitiba, 17 de maio de 1983.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Campo Mourão o edifício que especifica, construído pelo Estado do Paraná, no Distrito de Farol, em terreno de propriedade do referido município, onde funcionava o Grupo Escolar Afonso Botelho.

A medida ora submetida a essa augusta Assembléia consultada plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que no prédio construído em terreno do patrimônio do próprio município, será instalada, conforme esclarece o Sr. Prefeito, uma Subprefeitura no Distrito de Farol.

Por outro lado, vale ressaltar que, com a doação em causa, nenhuma alteração ocorrerá na Rede Estadual de Ensino, uma vez que o Grupo Escolar Afonso Botelho foi desativado em face da construção, pela Fundepar, do Colégio João de Oliveira Gomes e da Unidade Escolar Casemiro de Abreu, os quais atendem a demanda escolar local.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Mourão o edifício em alvenaria de tijolos, construído pelo Estado do Paraná, em 1958, à Rua Santa Catarina, Distrito de Farol, em terreno de propriedade do Município de Campo Mourão, onde funcionava o Grupo Escolar Afonso Botelho.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 05/83

SÚMULA:

Autorizar o Poder Executivo a proceder revisão especial dos proventos dos funcionários civis aposentados do Poder Executivo.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Deputado Estadual — PMDB

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 01

O Artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º: "A opção deverá ser formulada em prazo não superior a 45 dias contados da publicação de que trata o artigo anterior".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A modificação da redação do artigo 5º sugerida se justifica tendo em vista a inconveniência de ser exigida na mensagem, no termo de opção, a renúncia a quaisquer benefícios decorrentes de legislação anterior ou de decisões de natureza administrativa ou judicial. Ora, se o próprio Poder Executivo concedeu vantagens aos aposentados ou se as mesmas vantagens decorrem de textos de Leis votadas pela Assembléia Legislativa ou foram obtidas por decisão judicial, não é lícito que sejam revogadas. O próprio Poder Executivo encaminha ao Legislativo esta mensagem para conceder justos benefícios pleiteados por uma classe que tem sido preterida em seus direitos há há alguns anos, reconhecendo, portanto, a sua legitimidade, constata-se que a alteração proposta é procedente.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 02

O Artigo 4º passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 4º: O resultado dos cálculos de revisão procedidos pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, dentro de 120 dias, a partir da vigência da presente lei, será publicado no Diário Oficial do Estado, através de editais para fins de conhecimento e opção expressa por parte dos beneficiários."

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A substituição justifica-se porque a redação anterior não se referiu ao início do prazo de vigência da Lei para que os aposentados possam usufruir dos seus benefícios. Assim sendo, entender-se-á que os benefícios serão implantados a partir das 120 dias da publicação da Lei no Diário Oficial do Estado.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o parágrafo único do Artigo 3º.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.  
Deputado Estadual.

JUSTIFICATIVA:

A supressão do parágrafo único, justifica-se tendo em vista que é evidente que os benefícios previstos para os funcionários em atividade e que não se refiram expressamente aos aposentados, não poderão favorecê-los, razão pela qual achamos desnecessária a sua permanência.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 03

O Artigo 8º, parágrafo único passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º: Parágrafo único — Para médicos, professores, engenheiros, procuradores, advogados e para os aposentados com as vantagens de cargos em comissão, a revisão terá por base as respectivas tabelas próprias".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A redação nova teve unicamente o sentido de incluir funcionários que se aposentaram com a remuneração de Cargos em Comissão, o que não constou de redação original da mensagem, talvez por um lapso.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo único — O Art. 108 da Constituição Estadual passa a vigorar com o seguinte § 2º:

"ART. 108 .....

§ 2º — Não perde o mandato o Deputado que, em virtude do disposto neste artigo, for nomeado para o cargo de Prefeito.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) ANIBAL KHURY e AIRTON CORDEIRO.

Apoiamento: Jorge Maia Filho, Nelson Vasconcellos, Quielso Crisóstomo, Tércio Albuquerque, Nestor Baptista, Francisco Escorsin, Rubens Bueno, Augusto Carneiro, Erondy Silvério, Roberto Requião, Werner Wanderer, Edgard Pimentel, Sabino Campos, Eduardo Baggio, Osvaldo Alencar Furtado, Fiori Luiz, Edmar Luiz Costa, Caíto Quintana, Amélia Hruschka, Luiz Alberto Oliveira, Tuguio Setogutte, Ezequias Losso, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos e Ivan Gubert.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. único — O Art. 123 da Constituição Estadual fica acrescido do seguinte parágrafo.

"Art. 123 .....

Parágrafo único - Para o exercício da defesa dos direitos e garantias individuais, cuja inviolabilidade é assegurada neste artigo, os órgãos públicos deverão fornecer, a pedido do interessado, todas as informações de caráter pessoal existentes a seu respeito nos arquivos dos órgãos governamentais."

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoiamento: Antônio Anibelli, Nelson Vasconcellos, Francisco Escorsin, Nestor Baptista, Osvaldo Alencar Furtado, Edmar Luiz Costa, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Nilso Sguarezzi, Fiori Luiz, Edgard Pimentel, Sabino Campos, Djalma de Almeida Cesar, Caíto Quintana, Amélia Hruschka, Eduardo Baggio, Adhail Sprenger Passos, Ervin Bonkoski, Jorge Maia Filho, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Luiz Alberto de Oliveira e Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente emenda, dentro do contexto de abertura democrática, como medida que irá garantir aos indivíduos acesso às informações que existam sobre suas pessoas em qualquer arquivo público. A informação é pressuposto do pro-

cesso democrático e da segurança do cidadão, mormente o acesso às informações que existam sobre a sua pessoa. Arquivos alimentados por despreparados agentes do Estado tem estigmatizado pessoas ao longo de suas vidas. Esta emenda constitucional deverá, na continuidade, ser regulamentada por lei complementar. Nada deve ser mais transparente do que o organismo do Estado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução 51/83, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça que determina o arquivamento de proposições apresentadas na legislatura anterior e que não tenham atingido a fase de votação pelo Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei 34/83, qual visa dar nova redação ao Art. 51, da Lei Complementar número 2, de 18 de junho de 1973.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação para os Projetos números 14 e 47/83, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na Ata dos trabalhos legislativos, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ NALON, ocorrido no dia 20.05.83, em Bituruna.

Tratava-se de pessoa altamente estimada e relacionada pelo seu espírito pioneiro, merecedor de todo o conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade a qual pertencia.

Gaúcho de nascimento, faleceu aos 77 anos de idade dos quais 50 anos na região.

Deixa viúva, dona Rosa Vancin Nalon e 11 filhos um deles o Padre João Nalon, Vigário de São Jorge do Oeste.

Foi fundador do Município e da Colônia São José da Boa Esperança (Bituruna), 1º Professor da Escola dos Catequistas, Presidente da Capela.

Requer, igualmente, seja dado ciência à família enlutada na Cidade de Bituruna.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consagração de voto de Pesar pelo falecimento nesta Capital do Sr. Ubaldino Leal Fontoura aos 68 anos de idade. Deixa viúva a Sra. Aziole Fontoura e seis filhos, dos quais um deles, Gilberto, é funcionário, há muitos anos, deste Poder.

Da decisão plenária, solicito seja cientificada a família enlutada.  
Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER à Mesa desta colenda Casa o registro de profundo pesar pelo falecimento do funcionário UBALDINO LEAL FONTOURA, ocorrido hoje.

Solicita, outrossim, seja encaminhado Ofício de Pesar pelo passamento do referido funcionário, à família enlutada e ao radialista e homem de TV, Gilberto Fontoura, filho do extinto.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do jovem IRAPUÃ FANCHIN TAQUES DA FONSECA, membro de tradicional família pontagrossense, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

Requer outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à Av. Carlos Cavalcanti, 421, na cidade de Ponta Grossa, neste Estado.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pela passagem do 25.<sup>o</sup> aniversário de atividades jornalísticas do colunista paranaense CALIL SIMÃO.

Tal efeméride, é das mais jubilosas à sociedade paranaense pois que este "jubileu de prata" vem de consagrar uma sadia atividade jornalística dentro dos meios de divulgação social de nossa capital.

Diariamente, há vinte e cinco anos, através da Coluna Social de Calil Simão, a sociedade curitibana e paranaense recebe informações sobre a nossa comunidade, bem como a divulgação de fatos sociais e de interesse comunitário, além daquelas que se referem às obras de assistência social e filantropia.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência àquele homem de imprensa, bem como à direção da empresa jornalística "Diário Popular".

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado, Secretário de Estado da Segurança Pública e Secretário de Estado da Justiça, no sentido de que sejam determinadas as providências necessárias e cabíveis para a construção, com a prioridade que o caso exige, do Complexo Policial no Município de Ponta Grossa, o qual englobará a 13.<sup>a</sup> Subdivisão Policial, a Polícia Técnica, o Instituto Médico Legal e o Instituto de Identificação conforme Projeto Padrão já elaborado na Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e que se encontra arquivado no setor competente da Divisão de Estudos e Projetos daquela

empresa estatal.

Os elementos técnicos para a construção da referida obra, já estão devidamente concluídos desde 1981, e os recursos orçamentários-financeiros para a execução de tal empreendimento, salvo melhor juízo, poderão correr à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL, órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

1 — As instalações que servem atualmente ao Aparelhamento Policial do Município de Ponta Grossa, apresentam aspectos impróprios para as suas finalidades, tendo em vista ser uma edificação com mais de 50 anos de existência, construídas que foram à época do interventor Manoel Ribas.

2. A localização é também imprópria, pois situa-se em frente a uma das mais importantes escolas daquela cidade, qual seja o Grupo Escolar Senador Correia, oferecendo pois um quadro deprimente e incompatível;

3. Dada a insegurança da atual Cadeia Pública e ainda contando com uma superpopulação carcerária, é costume, via de consequência, ocorrerem fugas de detentos, colocando em risco a integridade física da comunidade local;

4. Cabe ressaltar ainda, a necessidade premente de se oferecer aos órgãos regionais do Instituto Médico Legal, Polícia Técnica e Instituto de Identificação, haja vista que tais órgãos proporcionam os instrumentos técnico-legais à atividade policial e à perfeita ação da Justiça;

5. Assim sendo, Ponta Grossa e região se ressentem e aguardam com anseio a concretização dessa necessidade social.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Recebo, hoje, por correspondência oriunda das diretorias das Escolas "D. Pedro II", Colégio Rio Branco e Colégio Paranaense, com o referendo de 232 moradores vizinhos a esses estabelecimentos, importante e estarecedor relato de ocorrências no Bairro de Seminário, as quais somente com a pronta ação deste Legislativo poderão ser minimizadas.

Como é de pleno conhecimento de todos, as casas escolares referidas, localizam-se ao longo da Avenida Bispo D. José, uma das artérias de maior movimento de nossa Capital, abrigando milhares de alunos. Referida avenida, além do mais, serve como fluxo rápido a tantos quantos desejem dirigir-se à Rodovia do Café, não discriminando o tipo de veículos que dela podem utilizar-se, recebendo tráfego de motocicletas, automóveis, caminhões e ônibus, em seus dois sentidos.

Ocorre que os estabelecimentos escolares acolhem em sua maioria, alunos da faixa etária de 6 a 11 anos de idade, que se encontram em perigo grave diariamente, face a alta velocidade desenvolvida pelos veículos que por lá transitam, em desrespeito total às normas de trânsito.

O número de choques e acidentes ocorridos nas imediações dos colégios, que recentemente chegaram ao ponto máximo de ceifar a vida de uma aluna da Escola D. Pedro II, estão a exigir uma pronta atenção por parte das autoridades constituídas, no sentido de coibir os abusos e responsabilizar os infratores.

Embora exista regular policiamento nos horários de entrada e saída de escolares, o único policial designado para tal fim encontra-se impossibilitado de deter todos os motoristas que desrespeitam as leis, restando-lhes na medida de seu alcance, zelar pelos escolares, praticando verdadeiro malabarismo para impedir ocorrências de gravidade letal.

Adite-se que referida avenida conforma-se em curva num espaço de aproximadamente 150 metros onde existem as escolas e dado a este particular, a ação do Departamento Estadual de

Trânsito em conjunto com o Instituto de Planejamento e Pesquisas Urbanas de Curitiba - IPPUC, poderá diminuir consideravelmente os riscos, senão eliminá-los.

Isso posto, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe confere o regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento do inteiro teor destas iniciais considerações aos órgãos mencionados, por intermédio das autoridades a que se subordinam, para que providências sejam tomadas, tendentes a instalação de um semáforo para evitar o agravamento da situação aludida e o imediato restabelecimento da tranquilidade dos moradores deste populoso bairro de nossa Capital.

Outrossim, requer ainda, que do inteiro teor deste petição, seja dada ciência às direções das escolas localizadas na avenida Bispo D. José, e referidas neste requerimento.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, bem como ao Sr. Diretor da Polícia Civil do Estado, pedindo providências urgentes no sentido de que seja nomeado novo Delegado de Polícia para a Décima Terceira Subdivisão Policial de Maringá, tendo em vista as graves ocorrências policiais registradas em Maringá nos últimos dias e a total inoperância da atual equipe policial para debelar esses males e conseqüentemente, para trazer a tranquilidade ao povo maringaense.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Maringá vive momentos de grande intranquilidade e de imenso pavor, com relação a fatos ocorridos na cidade. Diariamente a população toma conhecimento de notícias dantescas, estampadas nos jornais e noticiários de rádio e de televisão, relacionadas a crimes bárbaros, assaltos à mão armada, arrombamentos de casas e de firmas, roubos de veículos e a outros tipos de ocorrências policiais.

De ontem para hoje, por exemplo, dois crimes abalaram a cidade, com os assassinatos de um motorista de taxi e o de um comerciante local, ambos radicados há muitos anos em Maringá.

Tal clima vem apavorando a cidade em toda sua população, que julga inoperante o poder público, especificadamente a polícia, em conter essa onda violenta de crimes, de assaltos e de roubos, acontecendo impunemente na cidade.

O atual Delegado da Décima Terceira Subdivisão Policial de Maringá, Dr. Zaratrusta, no dito do povo e pelos fatos ocorridos continuamente em sua área de ação, tem-se demonstrado impotente para conter essas ocorrências e para trazer à população maringaense a tranquilidade desejada. E, por uma voz só, o povo pede a mudança do Delegado de Polícia e de toda sua equipe.

Na qualidade de representante das aspirações do povo de minha terra, em nome da tranquilidade da comunidade maringaense, venho pelo presente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, requerer seja oficiado aos Excelentíssimos Srs. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, e ao Diretor de Polícia Civil do Estado, Dr. Rubens de Quadros Ribas, solicitando providências para que seja nomeado novo Delegado de Polícia para a Décima Terceira Subdivisão Policial de Maringá, em vista do que vem ocorrendo na Cidade Canção.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado DONATO GULIN, infra-assinado no uso de suas atribuições regimentais, submete à apreciação da Casa o seguinte REQUERIMENTO: Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Luiz Felipe Haj Mussi, MD. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que Sua Excelência estude a possibilidade de ser utilizado, junto às Delegacias de Polícia de nosso Estado, serviços de Assistentes Sociais para melhor atendimento às pessoas que venham a ter "passagem" pelas mesmas.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) DONATO GULIN.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da Casa, de um voto de louvor aos atletas e técnicos responsáveis, abaixo nominados, que tão bem souberam representar o Paraná, no Campeonato Brasileiro Júnior e Senior de Judô, realizados nos dias 20 e 21 de maio do corrente ano, em Fortaleza.

#### CATEGORIA JÚNIOR

Grupo II

Rinaldo Anciutti Caggiano — Campeão Brasileiro

Grupo III

Cássio Camargo Ferreira - Campeão Brasileiro

#### CATEGORIA SENIOR

Grupo III

Rogério Rocha Cherubin — Vice-Campeão Brasileiro e 3º colocado na Categoria Absoluto.

Responsáveis Técnicos: Professores Ney de Lucca Mecking e Kenjiro Hironaka.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê conhecimento aos homenageados.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) DONATO GULIN.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de autorizar a Radipar a efetuar estudos técnicos para melhor captação de sinais de TV na retransmissora de Laranjeiras do Sul.

Tal solicitação prende-se ao fato daquela repetidora não manter os sinais, e as quedas constantes tem criado diversos problemas às populações que se servem daquela retransmissora. Por estas razões, solicito as providências do Poder Executivo na solução de tão agravante problema.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado requerimento ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior Nilton Friedrich, ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Copel, Ary Veloso Queiroz e ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Sanepar, Fabiano Saporitti Campelo, sugerindo a isenção do pagamento das taxas de água e luz das instituições particulares de amparo ao menor órfão, carente e abandonado, entidades sem fim lucrativo, subvencionada pela comunidade, por particulares e órgãos governamentais.

De acordo com o Art. 10 da Lei 697, de 10.10.79 (C6-

digo de Menores) é exigido para o funcionamento da entidade particular, o competente e devido registro junto ao Instituto de Assistência ao Menor, que é o órgão representativo da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) FIORI LUIZ

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Ministros do Planejamento e da Agricultura, dos Transportes e do Interior solicitando urgentes medidas no sentido de proporcionar condições (através de alocação de recursos e execução de obras) para que a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda, de Guarapuava — responsável por representativa parcela da produção agrícola paranaense — possa retomar suas atividades normais.

Esta reivindicação se prende ao fato de ter ocorrido nos últimos dias pesadas chuvas na região que causou o transbordamento de rios, quedas de pontes e destruição de bueiros, rede de energia elétrica, máquinas, instalações e isolamento de propriedades. Além disso, houve a perda de 30.000 toneladas de soja, com prejuízo de quase três bilhões de cruzeiros.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura solicitando a instalação de um posto da ACARPA, no Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Fênix é profundamente agrícola, sendo que o mesmo colabora definitivamente para o progresso sócio-econômico e financeiro do Estado do Paraná, daí ser efetivamente necessário que se instale naquele município um escritório da Acarpa, para melhor atender a clientela agrícola, não só do município, mas também da região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a continuação das obras de pavimentação asfáltica da PR-180, no trecho Rondon - Cruzeiro do Oeste, interligada à PR-323, que se encontram paralisadas desde o final do governo Jayme Canet.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVAS:

1. As obras de pavimentação, iniciadas durante o Governo Jayme Canet, foram paralisadas no final de seu mandato, causando grandes prejuízos à região;

2. A região compreendida pelo trecho da estrada é grande produtora agropecuária e necessita do término da obra para melhor aproveitamento no escoamento de sua produção;

3. Conforme estatísticas do DER, no trecho da estrada, o movimento de veículos de todos os portes é satisfatório, justificando assim a conclusão da pavimentação.

Diante dessas justificativas, solicitamos com a máxima

urgência, providências relativas à conclusão das obras.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado, para que autorize o fornecimento de equipamento de emergência para combate a incêndio, para o Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de ter havido no Município de Antonina, várias ocorrências de incêndio, onde foi destruída uma esquina inteira, no centro da cidade, sem que as autoridades locais pudessem fazer algo para dizimar o sinistro por não possuir equipamentos específicos para o caso em tela, não sendo esse o primeiro fato que já ocorreu naquela cidade, razão porque solicitamos com a máxima urgência a autorização para o fornecimento de equipamento de emergência, neste sentido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, expediente solicitando providências junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando dotar o Município de Antonina, de equipamento de emergência para prevenção e combate a incêndios.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz tendo em vista moção aprovada pela Câmara Municipal de Antonina, de autoria do Vereador Iroaldo Pereira de Deus, que tem por objetivo promover a mobilização junto à municipalidade capelista tentando a formação de um corpo voluntário de bombeiros, que prestará seus serviços gratuitamente, atendendo as emergências daquela população.

Dotando aquela cidade de material e equipamento de emergência, estará o Estado propiciando condições para que, com a colaboração voluntária da comunidade, sejam evitadas ocorrências sinistras como as havidas recentemente naquela cidade, quando por ocasião de um incêndio foram destruídas as instalações do Hotel Cangatá e outros estabelecimentos, sem que se pudesse combater o fogo, a não ser com o auxílio dos Municípios de Paranaguá e Morretes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, apelando no sentido de que seja inserido no Calendário Oficial da Secretaria, a "Feira da Novilha", a partir de 1984, com realização prevista no mês de outubro, incluindo-se incentivo oficial para sua realização.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o

envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que solicite da SANEPAR a implantação de sistemas de captação e distribuição de água na sede do Distrito de Caetano Mendes e na localidade de Barro Preto, no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, para que determine à EMOPAR seja efetuada a reforma do prédio que abriga o Fórum Estadual "Dr. Abranches", no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, para que o mesmo oficie a SANEPAR solicitando a ampliação do sistema de captação e distribuição de água da Sede, no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, com a finalidade de serem tomadas medidas urgentes para o início do abastecimento de água no Distrito de São Luiz, pertencente ao Município de Chopinzinho, cujos estudos já foram concluídos, e o governo anterior deixou incluído em sua programação de obras os referidos estudos para imediata aplicação.

O Deputado subscreitor esclarece ainda, que, em razão da construção da Hidrelétrica de Salto Santiago, os moradores da região estão sendo prejudicados, face as dificuldades que estão encontrando para acesso aos mananciais de água potável.

Requer outrossim, após decisão do Plenário, se dê conhecimento aos Senhores Hipólito Pan, Delfo Martinelli, Luiz Carlos Moraes Ribeiro, David Kurpeu, Delair Ambrosini, Vicente Mückel, Libório Furlim, Carlos Francisco Seuse, Vicente Mückel Jr., Frei Vitor Berchaid, Érico Schneider (Gerente da Rádio Chopinzinho Ltda.), Cândido Luiz Ocunelli, Fiorindo Paulo Martelli, Ivo Fechilk, Ironi Bordim e Adelvíno Machado, todos do Município de Chopinzinho; Ademir Fucks, do Distrito de Bugre, Ângelo Sense, do Distrito de Saudade; Guiomar Raele Reicherdt, Sílvia Kara e Frederico de Carli, do Distrito de Sede Sulina; Vergínia Mioranza e Herculano Obregão, do Distrito de Sede Oro; Reinaldo Kassine e Euclides Seuse do Distrito de São Luiz, e Mário Dutra, do Distrito de São Francisco.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, Doutor Nelson Miguel Friedrich, no sentido de que encaminhe ao órgão competente ordem para instalação de um Posto de Serviço Telefônico (PS), e de linhas para Telefones dos tipos Residencial e Comercial, no Distrito de Alto do Amparo,

do Município de Tibagi, neste Estado.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Tal medida se reveste de peculiar importância e de grande justiça, pois, em nosso entender, um distrito, que por sua grandiosidade supera até mesmo alguns Municípios deste Estado, não pode ficar sem receber os benefícios que os serviços telefônicos oferecem.

Ressalte-se ainda, que a distância entre o Distrito de Alto Amparo e o Município de Tibagi, é por demais extensa, dificultando o acesso dos moradores deste distrito, ao mais rápido dos meios de comunicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, solicitando medidas urgentes, no sentido de que sejam liberadas verbas e equipamentos para a normalização do tráfego das rodovias que dão acesso ao Município de Teixeira Soares, totalmente ilhado em função das chuvas ocorridas nos últimos dias naquela localidade.

Os motivos de tal pedido são que os quatro acessos existentes, tiveram barreiras e pontes derrubadas, ficando prejudicadas as rodovias que ligam o Município a Ponta Grossa, Irati, Imbituva e Curitiba, estando a produção de grãos, sem condições de ser transportada.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sugerindo o desdobramento das Varas Cível e Criminal e a nomeação de mais um Juiz e mais um Promotor de Justiça, na Comarca de Marechal Cândido Rondon.

É o que REQUER.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Em setembro de 1981 apresentamos, nesta Casa, requerimento de igual teor que foi aprovado por unanimidade pelos integrantes deste Poder. Tendo em vista estar sendo elaborada a nova Organização Judiciária do Estado do Paraná e considerando os anseios da população Rondonense, dos Bacharéis em Direito que atuam naquele Fórum, dos comerciantes, industriais e empresários voltamos a apresentar esta sugestão.

A reivindicação dos Rondonenses é plenamente justificável tendo em vista o grande número de processos que tramitam naquele Fórum e o conseqüente avolumamento de serviço que recai sobre MD. Juiz de Direito, Promotor Público e também Serventuários da Justiça, pois uma única vara atende os expedientes da Justiça Eleitoral, Trabalhista, Comercial e dos demais ramos de Direito.

Acreditamos que o desdobramento solicitado virá atender os anseios da população daquela Comarca que almeja uma Justiça mais célere.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas prerrogativas regimentais e, após ouvido o douto Ple-

nário, que seja enviado expediente ao Digníssimo Diretor Presidente da COPEL, Doutor Ari Velozo Queiróz, através da Secretaria de Estado do Interior, para que o mesmo determine um estudo com a finalidade de viabilizar a instalação de uma Sub-Estação redistribuidora de energia elétrica, na sede do Município de Altamira do Paraná, bem como a permanência de um PLANTÃO para o atendimento de emergências e desligamentos.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

Dispensando, aqui as justificativas de caráter técnico, que certamente é do conhecimento dos competentes engenheiros da Companhia relatamos alguns problemas que o atual sistema de distribuição de energia elétrica vem ocasionando e que vem sendo sentido pelos moradores do jovem Município: o atual sistema é considerado como rede de distribuição rural. O considerável número de instalações que já se efetuaram e certamente se efetuará, também é uma forte justificativa para o nosso pedido. Ora, o plantão e a sub-estação estão localizados na cidade de Palmital, que dista cerca de 78 km da sede do novo município, o que certamente acarreta sérios problemas em tempos chuvosos pelos constantes desligamentos.

A presença de um funcionario, efetuando pla tão permanente, também é uma necessidade básica para o bom atendimento da população altamirense com mais este valioso serviço público.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições conferidas pelo regimento desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil S/A., no sentido de que seja instalado um Posto Avançado de Serviços, na cidade de Fênix.

Como sabemos é filosofia do conceituado banco, propiciar melhores condições de acesso ao crédito a todos os agricultores, principalmente os de pequeno porte. Fênix situa-se entre Engenheiro Beltrão e Barbosa Ferraz, que possuem agências do Banco do Brasil S/A. Quando os agricultores daquela região necessitam utilizar-se dos serviços creditícios desse banco, ou têm que se deslocar a Engenheiro Beltrão ou a Barbosa Ferraz, para darem entrada em suas propostas de financiamento.

Considerando-se que o custo dessas viagens oneram demasiadamente o sofrido agricultor que luta de sol a sol para plantar alimentos à toda nação brasileira.

A instalação de um Posto Avançado de Serviços na cidade de Fênix, viria de encontro àqueles agricultores, que teriam seus gastos minorados e agilizados os trâmites de seus financiamentos, razão pela qual patrocinamos tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de viabilizar o asfaltamento do trecho da Rodovia PR-090, que liga Bela Vista do Paraíso a Sertãoópolis.

Segundo informações obtidas junto ao Departamento de Estradas de Rodagem, é a seguinte a situação do referido trecho:

O projeto de engenharia do referido trecho foi executado por administração direta constando de: pavimentação e drenagem.

A plataforma de pavimentação é de 6,60 m e acostamen-

tos de 2 x 1,50 m, com inclinação transversal de 3%.

— revestimento — tratamento superficial dupla com capa selante  $e = 2,5$  cm;

— base — solo estabilizado sem mistura —  $e = 20,0$  cm  
 $E_c = 100\%$  PM;

— sub-base — solo estabilizado sem mistura —  $e = 13,0$  cm  
 $E_c = 100\%$  PI.

A extensão do referido trecho é de 16,30 km e segundo informações obtidas junto ao NAL - Núcleo de Apoio às Licitações foi realizado em julho de 1978 a concorrência para execução de somente duas galerias, sendo uma sobre o Rio Combuca e a outra sobre o Rio do Cerne, com extensões de 26,0 m e 25,0 m respectivamente, tendo custo global de Cr\$ 1.524.427,60. Não foi realizada concorrência para pavimentação.

Esperamos o atendimento a este nosso requerimento, pois virá atender o anseio de uma imensa população que de há muito anseia por tal benefício.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI N.º 62/83

A Assembléia do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Câmara do Município de Marechal Cândido Rondon, passa a contar a partir da próxima Legislatura, com 11 (onze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1983.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

De acordo com o parágrafo único do art. 28 da Lei Complementar n.º 02, de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios) o número de Vereadores, em cada Legislatura, será alterado por Lei Estadual tendo em vista o total de eleitores inscritos no Município, até 180 (cento e oitenta) dias antes das eleições municipais, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral e de acordo com proporção e número estabelecidos pelo art. 28.

A certidão fornecida pelo Juízo Eleitoral da 121.ª zona, que anexamos, nos dá o montante de 33.002 (trinta e três mil e dois) eleitores, o que condiz com a justa medida que ora propomos através do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A violência continua sendo a palavra de ordem por parte de alguns membros da Polícia Militar do Estado. Fato lamentável ocorreu no último dia 14, na cidade de Campo Mourão, onde um jovem de nome Antônio Carlos Bernardes de Souza, foi espancado por um soldado do 10.º Batalhão da Polícia Militar. O motivo do espancamento foi, única e exclusivamente, não estar o jovem portando os documentos do seu veículo, marca Gol, placa QA-3057. Segundo denúncia do jovem Antônio Carlos B. de Souza, feita, inclusive no jornal "Folha de Londrina", e publicada na edição do dia 17 de maio último, quando ele se dirigia a uma farmácia de plantão, às 14:30 daquele dia, nas proximidades das Ruas São Paulo e Manoel Mendes de Carvalho, foi interceptado por uma viatura policial.

Conforme o denunciante, dois soldados entraram no seu carro, um tomou a direção do veículo e o outro ficou no banco de trás e passaram a perguntar porque não tinha parado na esquina da Rua Capitão Índio Bandeira quando o guarda mandou



parar o veículo. No trajeto até o Quartel da Polícia Militar, Antônio Carlos B. de Souza afirma ter tentado explicar que não tinha visto o guarda, que não tinha necessidade de fugir da polícia e que portava seus documentos pessoais e do carro, não tendo sido ouvido.

Pelo contrário, foi violentamente espancado pelo soldado que conduzia o veículo. Chegando ao Quartel daquela cidade, levou um soco no olho esquerdo, sendo depois conduzido até o módulo policial existente na praça da matriz, quando foi finalmente solicitado a entregar aos soldados seus documentos pessoais.

Expondo que o certificado de propriedade do veículo estava em sua residência. Foram autuadas as multas e Antônio Carlos V. de Souza foi levado à cadeia pública onde ficou preso a mando da Polícia Militar por mais de duas horas, tendo que pagar na Delegacia, aos agentes da Polícia Civil, a importância de Cr\$ 5.000,00 para ser posto em liberdade e ter o seu carro liberado. Além do mais, a vítima dos espancamentos sofreu ameaças do soldado que o agrediu no sentido de que ao sair da cadeia, não procurasse mais encrencas. Após sua soltura, o jovem Antônio Carlos B. de Souza foi acompanhado por seu pai, até a 16.ª Sub-Divisão Policial para dar a notícia criminal, o que não foi aceito pelo soldado de plantão.

Dali foi até o Batalhão da Polícia Militar, não sendo recebido pelo oficial do dia, que simplesmente mandou que a vítima providenciasse exames de lesões corporais.

Não achando guarida na sua peregrinação de tentar fazer justiça, que a justiça fosse cumprida, procurou o Juiz de Direito de Campo Mourão que prometeu apurar os fatos. Não achando com que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficamos de trazer a esta tribuna, uma vez que algum membro daquela mesma Polícia ainda não se conscientizou do seu papel — preponderante é a defesa da paz e da ordem pública e não de espancamento de cidadãos. Houve uma mera infração, a de não portar os documentos de um veículo e isto não é, portanto, motivo para espancamento, socos e pontapés. Pedimos urgentes providências por parte do Sr. Secretário de Segurança, no sentido de apurar os fatos ocorridos, no último dia 14, para punir os responsáveis por tais atos arbitrários e nesta data estamos enviando ao Sr. Secretário da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Mussi, um telex pedindo as providências imediatas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caito Quintana, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. CAITO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Percorrendo, recentemente, a região do Sudoeste do Paraná, pudemos constatar os grandes estragos praticados naquela região pelas últimas chuvas que assolaram o Paraná inteiro. Os municípios encontram-se numa dificuldade imensa para recuperarem os estragos causados pelas chuvas. Tenho recebido telegramas do Prefeito do Município de Dois Vizinhos, do Presidente da Câmara, do Secretário, do Vice-Prefeito, do Rotary, do Lions, do Clube de Diretores Logísticos, da Associação Comercial daquele município, onde centenas de bueiros e dezenas de pontes foram levadas pelas águas, onde há aqui rhent as famílias desabrigadas e onde um problema muito sério está acontecendo, pois a SADIA foi obrigada a suspender o abate de cem mil frangos diários, ocasionando a inatividade de oitocentos funcionários. Problemas como vive Dois Vizinhos, vive também o Município de Planalto, que nos manda decreto do Prefeito Municipal, declarando estado de emergência naquele município, onde rodaram trinta e três bueiros, , quarenta e três pontilhões, seis escolas e quatro prédios onde funciona o segundo grau, devido a forte vendaval que aconteceu há poucos dias.

Problemas como esse vivem os demais municípios da região. Capanema suspende também a busca de frangos de um frigorífico recém instalado. Pérola, Pranchita, Santo Antônio, Realeza, Santa Isabel, Ampére, os municípios inteiros da região Sudoeste. E sabemos perfeitamente que se somam a esses municípios sofridos da nossa região, municípios também de outras regiões que tiveram destruída, totalmente, a sua rede de estradas municipais e os municípios já empobrecidos, já sofridos, já sem condições de fazer frente às suas necessidades, não têm como recuperar as suas estradas.

Acreditamos ser os municípios, as células principais da Nação. Sabemos que o Governo do Estado encontra dificuldades econômicas também; sabemos que o Governo Federal concentra renda que se origina no trabalho dos homens que residem nos municípios brasileiros, motivo pelo qual, além de encaminharmos às autoridades competentes relatórios sobre os dramas vividos por esses municípios, hoje parcialmente destruídos na sua infra-estrutura, devido às chuvas que abalaram a nossa região, ousamos pedir as bancadas desta Casa que somem vozes para que possamos reclamar, em nome do Estado do Paraná, recursos necessários a este Estado, advindos do Governo Federal, para que possamos recuperar os nossos municípios.

É importante que as Bancadas Federais, do PMDB e principalmente do PDS, nós que ouvimos falar, tantas vezes, em teses paranistas, venhamos acordar da grande necessidade de fazermos eco junto ao Governo Federal, das necessidades que o Estado do Paraná está passando, do estado de emergência e de calamidade que se assolou sobre o Estado, para que recebendo em contrapartida do trabalho e da produção que fazemos, o retorno necessário para que possamos recuperar os nossos municípios destruídos pelas grandes chuvas que nos assolaram.

Porque reclamamos em nome do Sudoeste, mas temos certeza que outras regiões do Estado encontram-se na mesma situação, e é o Governo do Estado, e do Governo da União, a obrigação de socorrer os municípios porque são eles os geradores dos recursos públicos deste País.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. No Grande Expediente da quarta-feira passada, o nobre Deputado Erondy Silvério ocupou a tribuna para, por quase uma hora “cascatear” ataques ao propósito do Governo do PMDB, de encontrar saídas para um de nossos mais graves problemas sociais, o grave problema representado pela existência entre nós de 450.000 trabalhadores rurais volantes, os chamados “bóias-frias”.

Digo que o Deputado Erondy Silvério apenas “cascateou” ataques, porque não notamos de sua parte interesse algum de encarar com seriedade, de frente, o problema.

O Sr. Erondy Silvério — Apenas faço um apelo a Vossa Excelência, antes que descambe, porque Vossa Excelência está faltando com o respeito. “Cascatear” e dizer a verdade na tribuna é outra. Vossa Excelência não está aqui para faltar com o respeito a um Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Solicito aos Srs. Deputados que ao apartear o orador que se encontra na tribuna, o façam com a permissão do mesmo e em termos corteses.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero fazer um apelo a Vossa Excelência, porque Vossa Excelência tem feito constantes apelos à Casa para que mantenham o nível dos debates nesta Casa. Agora vem o Líder do Governo nesta Casa se dirigindo de uma forma desrespeitosa a um seu colega, a um Deputado desta Casa. Se V. Excelência



não sabe o que é "cascatear", vou buscar o dicionário. Vossa Excelência, que é advogado e não sabe o que é "cascatear", porque se soubesse não usaria este termo com um colega desta Casa. É o apelo que faço a Vossa Excelência para que eu não seja obrigado a responder no mesmo tom.

O SR. NILSO SGUAREZI — É mais "cascata"...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência solicita dos Senhores Deputados, mais uma vez, para que os termos usados e o tratamento seja a nível de respeito e que se condiga com a honradez e a importância deste Plenário.

Com a palavra o Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas não notamos de sua parte interesse algum de encarar com seriedade, de frente, com espírito aberto e desarmado, esta grave questão social, pelo contrário, o que vimos foi Sua Excelência concentrar "vinagre" e "fel" contra três Secretários de Estado com uma confessa e transparente obsessão: uma obsessão macarthista, inquisitória, travestindo-se de "moderno torquenado" e, sob tal sinistra inspiração, propondo novamente outra caçada às bruxas. De outro lado, Sua Excelência, ao debater o tema, amparou seus argu-

mentos única e exclusivamente numa das partes envolvidas — os proprietários de terras.

Ainda por cima, além dessa evidente tendenciosa manifestação de parcialidade, escolheu do referido documento, o documento dos proprietários de terra, aquelas propostas boas, propostas, por sinal, que não interessavam a sua crítica estreita e sectária. Vamos, então, examinar ponto por ponto das críticas aqui formuladas pelo nobre Deputado Erondy Silvério.

A "piadinha" que Sua Excelência fez no preâmbulo de seu pronunciamento é tão fraquinha que é melhor passar ao largo dela.

Ora, chamar o PDS de partido "doce e sério". Se tomarmos o discurso do Deputado Erondy Silvério da quarta-feira passada, nenhuma coisa e nem outra: nem docilidade, nem seriedade. Senão vejamos: o Deputado começou criticando a Comissão do Trabalhador Rural Volante, porque em uma das reuniões dessa Comissão com a comunidade do interior, um representante do Governo prega a necessidade de eleições diretas à Presidência da República, como forma do povo brasileiro escolher seu próprio caminho, seus próprios governantes e, a partir disto, buscar alternativas à grave crise em que vivemos.

Discorda Sua Excelência das eleições diretas; discorda Sua Excelência do direito do povo escolher quem deve governá-lo; discorda Sua Excelência de que foi o arbítrio que nos lançou no buraco de hoje; discorda Sua Excelência que o modelo econômico, o modelo agrícola vigente é o responsável, é o gerador do "bóia-fria", discorda que este modelo foi imposto, ferro e fogo, à Nação contra a vontade dos produtores rurais e dos trabalhadores rurais.

Ora, se as desgraças de hoje, devemos exatamente à tecnocracia cevada e engordada pelo arbítrio, qual é o melhor "antídoto"? O "antídoto" milenar, secular, antídoto é ainda a democracia, é ainda o povo escolher os seus próprios caminhos os seus próprios governantes.

E ainda, no último domingo, o grande jornal a "Folha de São Paulo" publicou uma pesquisa esclarecedora de que a maioria esmagadora da população brasileira é por eleições diretas.

Estaríamos fraudando nossos compromissos, fraudando nossa consciência ao analisarmos o problema do "bóia-fria", esquecêsmos o modelo agrícola vigente e os malefícios por ele produzidos. Que pretendia Sua Excelência? Pretendia que o Governo falasse do milagre sem dar o nome ao santo.

Sim, Senhor Deputado, sim, Senhores Deputados do partido do "doce e sério". Sim, a cada vez que tivermos contato com o povo, jamais deixaremos de apontar quem é o responsável, quem são os responsáveis por tudo aquilo que acontece em nosso País. Não queiram que calemos. Não queiram agora

que enfiemos a cabeça na areia e esqueçamos os desmandos de quem infelicitou toda a Nação brasileira. E se os Srs., que tanto se incomodam com esta nossa atitude, sejam de cara aberta, de peito aberto, em defesa dos desmandos que apoiaram durante este tempo todo. Ou saiam em defesa destes desmandos, ou se unam a nós na crítica construtiva, no combate àqueles que levaram a Pátria à falência.

Não existe meio termo. Como disse Cristo: "porque não sois nem frios e nem quentes, vomitar-vos-eis".

Sejam então quentes ou frios, mas sejam alguma coisa. Não em cima do muro, indefinidos, pretendam que deixemos de lado uma das nossas propostas fundamentais para solucionar a crise brasileira, que é a eleição direta do Presidente da República.

Logo a seguir, depois daquele infeliz comentário sobre a proposta do PMDB de eleições diretas a Presidente da República, o ilustre Deputado cobra do Governo José Richa, critica-o, porque em dois meses de administração não resolveu ainda o problema dos "bóias-frias". Sim, Senhores. O Deputado Erondy Silvério fica indignado porque em dois meses o Governo do

PMDB ainda não deu casa, comida, saúde, educação e trabalho para os quatrocentos e cinquenta mil trabalhadores rurais volantes. Em dois meses. É muita ousadia para quem pertence àquele grupo político que há dezoito anos, quando assaltou o Poder deste País, cobrar, de um Governo recém-instalado, soluções para um tão grave problema. Um problema aliás, reafirmo, provocado, gerado por um modelo econômico, por um modelo agrícola imposto, a ferro e fogo", à Nação, pelos companheiros de idéias e partido do ilustre Deputado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Já concederei. Provocaram o caos e endividaram o País ao extremo, semearam a fome, o desemprego, a miséria. E agora, num passe de mágica, pretendem que consertemos todas as desgraças que perpetraram. Depois desta brilhante tirada do ilustre militante do partido "doce e sério", Sua Excelência ousa ainda dizer que depois de dois meses de Governo do PMDB, constituída a comissão do "bóia-fria", a situação do trabalhador rural volante do Paraná continua absolutamente a mesma e nenhum grão de feijão a mais caiu na marmitta do "bóia-fria".

Ora, Sr. Deputado, milagres quem sabe fazer é o ilustre Ministro Delfim Neto. É o Governo de cujo partido Vossa Excelência faz parte. O PMDB nunca prometeu milagres. Milagre quem sabe fazer é o sistema que o ilustre Deputado defende e do qual foi Líder nesta Casa, durante tanto tempo.

Continuando ainda, vendo ponto por ponto o pronunciamento do nobre Deputado do partido "doce e sério", deparemos com uma inverdade, quando atribuí um documento debatido nas reuniões da Comissão do Bóia-Fria, em Francisco Beltrão, Cascavel, Jacarezinho, Apucarana e Curitiba ao PMDB...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Logo a seguir.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos)

O Sr. Erondy Silvério — Estão aqui os documentos. Não me chame de mentiroso.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito que Vossa Excelência, na condição de Presidente do Poder, tome providências quando um orador acusa outro companheiro seu de mentiroso, especialmente em se tratando do Deputado Erondy Silvério um Parlamentar aguerrido e que tem pautado a sua vida pública com honradez e com dignidade o exercício do seu mandato parlamentar. Ainda recordo-me que dias atrás, quando

o Deputado Erondy Silvério estava na tribuna, Vossa Excelência pediu ao Deputado Erondy Silvério que não denominasse um Deputado de mentiroso.

Solicito que Vossa Excelência tome as mesmas providências com relação ao Líder do Governo, até porque Sua Excelência está falseando a verdade, quando alega que o documento não é de autoria dos Secretários de Estado, que encaminharam o documento subscrito, assinado pelo Secretário Klaus Magno Germer, da Secretaria da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa solicita aos oradores, Srs. Deputados, que mantenham o nível dos debates e determina as notas taquigráficas que expunjam os termos não cortesões e que não sejam próprio deste Parlamento.

Continua com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — O Deputado falta à verdade, quando atribui o documento debatido nas reuniões de Francisco Beltrão, Cascavel, Jacarezinho e Apucarana ao PMDB, quer dizer, ora ele atribui o documento como uma peça oficial do PMDB, ora como peça oficial dos três Secretários que compõem a Comissão do "Bóia-Fria".

Por aí já é possível notar que o Deputado não leu o documento, aliás tenho aqui uma cópia para fornecer-lhe depois, se quiser, na íntegra, pois bem, vamos explicar que documento é esse e do que ele trata.

Quando o Governador José Richa formou a Comissão constituída pelos Secretários da Agricultura, Interior e Assuntos Comunitários, além da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná e da Comissão Pastoral da Terra, o Governador pediu desta Comissão, num prazo de quarenta e cinco dias, diagnósticos e propostas para orientar a ação do Governo a respeito da questão, pois bem, que fez a Comissão?

Saiu por aí, às pampas, procurando descobrir novamente a roda? Não, a Comissão pela unanimidade dos votos dos seus componentes, três Secretários de Estado — da Federação da Agricultura, Federação dos Trabalhadores da Agricultura e Comissão Pastoral da Terra, por unanimidade dos seus membros, decidiu fazer um levantamento de todos os diagnósticos e propostas já formuladas a respeito do problema aqui compilado.

A esta compilação foi resumida num texto e tal texto serviu de rascunho para as reuniões realizadas no interior do Estado e em Curitiba. Quer dizer, a Comissão e quando digo Comissão, incluo nela, ao contrário do Sr. Erondy Silvério, o Sindicato Patronal dos Trabalhadores e a Igreja.

A Comissão não assinou aquele documento, como seu, como de sua autoria, porque na verdade foi uma compilação de todas as propostas que existiam.

Aliás, no preâmbulo do documento que o Deputado Erondy Silvério não leu, inseriu-se o seguinte alerta, Srs. Deputados, este documento apresenta uma síntese dos diagnósticos já formulados sobre os trabalhadores volantes e uma listagem com proposta de ação sobre a sua problemática já sugeridas por órgãos governamentais e isso era dos Governos anteriores — FETAEP, FAEP e CPT, juntamente com Comissões dos próprios trabalhadores.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, que este documento será apenas um ponto de partida para discussão dos diversos subgrupos que se farão representar nas reuniões; isto é o preâmbulo do documento. Este trecho que li, foi a ressalva, o esclarecimento que foi feito, que as propostas ali apresentadas não eram da Comissão. Quer dizer, logo no início do texto, fica cristalino para qualquer inteligência mediana, que não se trata de um documento oficial; quer do Governador, quer dos Secretários da Agricultura, do Interior ou assuntos comunitários, quer da Federação da Agricultura, quer da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, ou da Comissão Pastoral da Terra. E muito menos do PMDB.

No entanto, demonstrando que desconhecia isso, o Sr. Erondy Silvério, em seu pronunciamento da quarta-feira passada, atribui a todo instante, a autoria do texto aos Secretários e ao PMDB.

Evidentemente, ele atribui o documento aos Secretários e ao PMDB, apenas naquelas partes onde estão inseridas propostas das quais ele discorda, pois, ele sequer se referiu às propostas inseridas no documento, com as quais concorda e aqui já defendeu. Como se vê, ao Deputado do partido "doce e sério", só interessava semear a confusão.

Dessa forma, atribuir aos Secretários propostas como reforma agrária, desapropriações de terras e outras, só porque tais propostas constam do documento, é incorrer em erro. Aliás, Sr. Deputado, o documento em que Vossa Excelência se estribou para fazer seu pronunciamento, quarta-feira passada, logo em seu início, prega exatamente a reforma agrária. Sim, os produtores rurais e as cooperativas de Cascavel que tiveram uma importante e destacada participação na reunião da Comissão do Bóia-Fria, naquela cidade, disseram com toda clareza que é necessário uma reforma agrária no País. Aliás, Sr. Deputado, o programa do seu partido também diz a mesma coisa; e qualquer estudo medíocre sobre a realidade fundiária brasileira, conclui pela mesma proposta. Por que tanta fúria, então? E mais, está a história a nos dizer que nenhuma agricultura de país que fosse, progrediu, avançou, sem que se fizesse uma reforma agrária. Está a ONU a nos dizer que a agricultura chamada do Terceiro Mundo, jamais haverá de superar sua crise sem uma reforma agrária; está o Papa João Paulo II a nos dizer na "Laborem Exercens", em outros documentos últimos que sobre a propriedade existe uma hipoteca social. E a propriedade não é um direito absoluto. Que o social deve prevalecer sobre o individual. Aliás, Sr. Deputado, no programa de seu partido, no ponto seis do preâmbulo desse programa, está dito com todas as letras, esta afirmação do Papa João Paulo II.

Certamente o Deputado vai dizer que com relação a isto, ele também é a favor; só que não é a favor da tomada violenta das terras. Mas quem está propondo tomada violenta das terras? Quem está estimulando tais ações? Em que parte daquele documento a que me referi, e do que Vossa Excelência tem nas mãos, está inserido tal estímulo? Desafio, Sr. Deputado, a provar-me com o documento que tem em mãos que isto seja verdade. Desafio a provar que os Secretários, que a Federação da Agricultura, que a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, que a Comissão Pastoral da Terra, inseriram no texto distribuído ao debate, tal proposta de tomada violenta das terras. Vossa Excelência não esteve nos debates realizados no interior. Isto é baseado em informações distorcidas e mentirosas de terceiros. Também não estive. No entanto, preocupe-me antes de ocupar esta tribuna, em conversar com todos os membros da Comissão e deles recolher o relato o mais fiel possível, o que foram tais reuniões.

Outra coisa, Deputado, o que Vossa Excelência tem contra a proposta formulada naquele documento pelos trabalhadores rurais, e pela Igreja? De indenizar pela desapropriação aquelas terras não exploradas e vendê-las a quem deseja cultivá-las?

Que mal há nisso? Querem Vossas Excelências que milhares de hectares de terras continuem...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. NILSO SGUAREZI — A seguir.

O Sr. Erondy Silvério — Responderei a Vossa Excelência amanhã, não com o histerismo com que Vossa Excelência ocupa a tribuna.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência tem o direito da réplica e eu virei em outra ocasião.

Vossa Excelência há de permitir que eu use o tempo que disponho na tribuna, como Vossa Excelência usou durante uma hora.

Outra coisa Deputado, que mal há nisso? Querem então Vossas Excelências que milhares de terras continuem por aí inexploradas, servindo apenas para a especulação imobiliária? É Vossa Excelência a favor da especulação com terras? No seu governo não apresentaram um projeto do solo urbano. Pelo jeito sim, pois, a simples inserção dessa proposta feita pela Igreja e pelos trabalhadores rurais, provocou o repúdio em Vossa Excelência.

Aliás, em qualquer país civilizado, até no próprio Estados Unidos principalmente, pesam terríveis tributos a quem não explora as suas terras e fazem do solo um fator de especulação.

Em atenção, Sr. Deputado, esta proposta não é dos Secretários, como disse, o documento não é de autoria deles.

Aliás, por falar nisso, Vossa Excelência sabia que boa parte do documento foi feito de diagnósticos que estavam engavetados, há anos, nas Secretarias de Estado, durante as gestões arenistas e pedessistas anteriores?

Outra coisa, Vossa Excelência fala do Sr. João Pinheiro Neto, chamando atenção dos Srs. Deputados mais novos, para este nome.

Pois bem, vou completar a informação de Vossa Excelência. Sabem os Srs. Deputados mais jovens, quem é o Sr. João Pinheiro Neto? O Sr. João Pinheiro Neto está sendo hoje o principal inspirador e articulador do PTB com o PDS. O Sr. João Pinheiro Neto, hoje um alto dirigente do PTB é quem juntamente com a Senhora Ivete Vargas, tramou toda esta vergonhosa aliança de um partido que se diz trabalhista, com aqueles que há dezoito anos nada mais fazem que oprimir os trabalhadores.

Logo, Sr. Deputado Erondy Silvério, o Sr. João Pinheiro Neto hoje, um companheiro seu, do seu partido "doce e sério", certamente não é um bicho tão perigoso assim. Depois de desenterrar o Sr. João Pinheiro Neto, que hoje senta-se à mesa do Sr. Presidente Figueiredo e pode até acabar Ministro deste Governo do PDS, o Deputado Erondy Silvério, contrapondo-se a qualquer revisão fundiária, faz uma brilhante sugestão. A sugestão de desapropriação imediata da Usina Central do Paraná, a usina dos Atalla, em Porecatu.

Como vêem, durante quatro anos, Vossa Excelência foi líder do Governo, nesta Casa, pois, o Sr. Erondy Silvério, não é nenhum novato no Parlamento, chegou até a conhecer o Sr. João Pinheiro Neto, na primeira ocasião.

Ele viu o BANESTADO, o BRDE, o BADEP enchendo os Atalla de dinheiro, dinheiro nosso, dos contribuintes e nunca protestou contra isso. E nunca veio aqui como Líder do partido "doce e sério", denunciar que o Estado do Paraná, que o Governo do seu partido, estava empanturrando os Atalla de dinheiro. E só agora que ele descobre que os Atalla pegavam este dinheiro e fraudavam trabalhadores, não pagando salários; fraudando o erário, não pagando os empréstimos, fraudavam o Estado, não pagando a luz que consumiam e nem os impostos que deviam.

O Deputado só descobriu isso, agora!

Quando o PMDB subiu ao Governo cortou a luz dos Atalla, e os aperta para que honrem os seus compromissos.

Logo a seguir, pois, continuo acompanhando o pronunciamento do Deputado ponto por ponto, o Sr. Erondy Silvério volta a atribuir mais uma proposta inserida no documento que serviu de documento para os debates da Comissão, como proposta dos Secretários.

E como ele mesmo diz, faz questão de toda hora, nomear os três Secretários, marcando-os com sua perseguição inquisitória e macarthista.

Pois bem, mais uma vez cá reafirmo, a proposta de limitar áreas de terra produtor rural, também não é uma proposta oficial, não é uma proposta dos três Secretários.

Tal proposta foi lá inserida por constar de documentos da Igreja e dos trabalhadores rurais, como lá constam também, propostas dos proprietários e dos fazendeiros.

A seguir Sua Excelência refere-se a um alerta lançado na reunião de Cascavel por uma série de entidades.

Um alerta e uma crítica. O alerta quanto à necessidade de se debater com mais profundidade o tema.

Ninguém discorda disso, serei eu o primeiro a assinar tal alerta, de fato trata-se de um problema extremamente complexo e diante dele devemos ter uma atitude equilibrada.

Depois a crítica, as entidades de Cascavel, a que se referia o Deputado em seu pronunciamento de quarta-feira, reclamaram por terem recebido o texto que compilava propostas e diagnósticos poucos dias antes da reunião.

Também considero procedente a crítica.

No entanto, a partir daí pretender que tudo isso foi de caso pensado para provocar confusão, já se trata de uma mera elação, de uma conclusão de quem quer, isto sim, semear a confusão!

Aliás, como Vossa Excelência mesmo disse, as entidades que fizeram o alerta e a crítica afirmaram acreditar que a intenção do Governo em discutir tal problema era uma intenção isenta, honesta.

Como então, Vossa Excelência ousa interpretar o que aquelas entidades afirmaram, quando elas próprias elogiam o Governo pela iniciativa e aplaudem tal iniciativa?

O fato de fazerem um alerta e uma crítica não autoriza Vossa Excelência a usar deste alerta e desta crítica de forma distorcida, como Vossa Excelência usou e abusou.

Por fim, ainda me atendo a este item, a preocupação daquelas entidades como confronto, com manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência consulta se Vossa Excelência quer fazer uso do espaço reservado ao PMDB.

O Sr. Roberto Requião — O Deputado Nilso Sguarezzi irá usar quinze minutos do horário da Liderança.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado. Um alerta e uma crítica por fim, ainda me atendo a esse item do alerta e da crítica; a preocupação daquelas entidades com confrontos, com manifestações radicais etc., não significa que elas estavam acusando o Governo de estimular tais comportamentos; de forma aberta, democrática, manifestaram tal preocupação, mas em momento algum, chegaram a repudiar o Governo, ou os Secretários de Estado, ou a Federação da Agricultura, ou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, ou a Igreja, atribuindo à Comissão qualquer estímulo à anarquia, ao confronto e conflitos. Vossa Excelência usa de uma legítima preocupação patronal para assacar acusações infundadas à Comissão, como se a preocupação patronal fosse decorrente de ações radicais do Governo. Vossa Excelência, mais uma vez, torce e distorce os fatos. E nesse sentido o PMDB é muito claro, como deixou reafirmado, no último domingo, o Governador José Richa inaugurando um novo estilo de governo, quando compareceu no Tarumã, perante quinze mil pessoas de Curitiba, e foi claro e incisivo de que no seu governo não vai permitir, nem estimular a invasão de terras. Nesse sentido, não há qualquer equívoco, qualquer enganação. O Governo do PMDB não vai tolerar invasão de terras por quem quer que seja, como insinuou, com exagerada preocupação, com "macarthista" preocupação, o Deputado Erondy Silvério.

Prosseguindo o exame do seu pronunciamento encontramos, novamente, a mesma tendenciosidade, a mesma parcialidade. A cada item do documento rejeitado por alguma entidade, Vossa Excelência toma essa rejeição como repúdio ao Governo do PMDB, aos Secretários. Ora, mais uma vez não pode ser encarado como repúdio à rejeição de tal ou qual item, porque esse não é um documento oficial. É uma compilação de vários documentos, alguns inclusive, produzidos em governos anteriores e mofando nas gavetas dos mesmos. O fato de muitas entidades discordarem de vários itens do documento deve ser encarado, antes de um repúdio, como uma sábia mani-

festação de democracia, de liberdade de pensamento e de expressão. As propostas compiladas o foram exatamente para isso, para que fossem discutidas, aprovadas ou rejeitadas. Parece que o debate arrepia e assusta o nobre Deputado do partido "doce". Depois de anos de marcha unida, de alinhamentos automáticos, de dizer amém a tudo, muita gente se assusta com o debate, com a liberdade de cada um dizer o que pensa, e de que essa liberdade seja assegurada pelo Governo, de cada um dizer o que pensa e o que tem a dizer, o que deve contribuir para que o Governo encontre soluções democráticas.

Outra coisa, Sr. Deputado, se de um lado, os proprietários rurais rejeitaram muitas das propostas inseridas na compilação, os trabalhadores rurais e a Igreja as aprovaram. O que acha Vossa Excelência disso? Deve prevalecer que posição? Vossa Excelência quer o confronto, ou a conciliação? Por que, então, se quer a conciliação, não se referiu também ao que pensam os trabalhadores rurais e a Igreja? Por quê não confrontou a posição desses dois segmentos com a posição patronal e trouxe aqui uma posição intermediária que a todos conviesse? Porque proferiu ficar falando só de um lado dos interessados desconhecendo o outro. O que é bom para os proprietários de terras, é necessariamente bom para os trabalhadores rurais? Pelo jeito, quem deseja o confronto, é Vossa Excelência que em sua parcialidade desconhece o outro lado da questão. Em nenhum momento do seu longo pronunciamento referiu-se favoravelmente sequer a uma proposta da Igreja ou dos trabalhadores. Ou Vossa Excelência é tão sábio que não precisa consultá-los para saber o que eles pensam e querem? O restante do pronunciamento de Vossa Excelência pauta pelo mesmo diapasão; pelo mesmo e lamentável equívoco, um equívoco de origem, pois, Vossa Excelência teima à toda hora, em atribuir cada uma das propostas inseridas no rascunho, na compilação das propostas e diagnósticos, ao Secretário da Agricultura, ao Secretário do Interior e ao Secretário dos Assuntos Comunitários, esquecendo-se, é claro, que, a Comissão, esta que editou tal compilação, também tinha assento a Igreja, os trabalhadores rurais e os proprietários rurais. Esse documento é tanto de autoria de Klaus Germer, quanto de Mário Stadler de Souza, de Nelson Friedrich como de Antenor Bonfim, como do Pastor Fucks, como da Comissão Pastoral da Terra! Esse documento também é seu, Sr. Deputado, pois nele estão inseridas propostas de seu partido, como por exemplo, as Cooperativas de Trabalho dos "Bóias-Frias", uma proposta do Ministério do Presidente Figueiredo, que, muitos proprietários rurais repudiavam. No pronunciamento de Vossa Excelência, era o que se tinha. "É o que eu tinha a dizer".

A democracia assusta o partido "doce e sério". Levar a questão do "bóia-fria" ao interior, debatê-la amplamente com a comunidade, arrepia o PDS. O que o partido doce e sério pretendia? Que Richa indicasse uma Comissão para debater o problema, e essa Comissão se trancasse aqui em Curitiba, em alguma sala, com ar refrigerado, pois, esta era a prática dos Governos passados? Era assim que eles agiam. E, o PDS teme que a gente vá ao povo, como no último domingo o Governador foi, no Ginásio do Tarumã! Tem medo que coloquemos as coisas, as questões, abertamente, ao povo. E como reage o PDS? Reage da mesma forma que sempre reagiu, reage com equívocos, com ilações improcedentes, com distorções, reage, com o velho e "manjado" macarthismo, com o velho e desgastado anticomunismo, reage, prometendo novas caças às bruxas — e por falar em caça às bruxas, Sr. Presidente, nos poucos minutos que me restam, quero resgatar aqui um outro tempo em que, nesta Assembléia, também a prática de caça às bruxas, como nesta Nação toda, depois do roubo das eleições de 74, quando o PMDB saiu vitorioso das urnas, guindado legitimamente pelo povo, uma caça às bruxas pela Operação Marumbi se desfechou neste Estado, a e a "Folha de Londrina", em duas

brilhantes reportagens, ouvindo nada mais e nada menos do que o advogado que fez a defesa daquelas 69 pessoas presas na Operação Marumbi acusadas de tentarem rearticular o Partido Comunista, e, o que é que aqueles pessoas defendiam, na época? O que é que elas defendiam, na época, quando se fazia a caça às bruxas como se fez hoje quando se procura resgatar a situação humilhante do "bóia-fria"?

Eram os seguintes, os pontos programáticos do então Partido Comunista que tentava se rearticular aqui, em 76, com a Operação Marumbi:

1 — Anistia aos presos políticos.

Hoje, nós vemos o PDS trombetear que foi o Presidente Figueiredo quem deu a anistia política;

2 — Eleições diretas em todos os níveis.

Não conseguimos em todos os níveis, mas será que é o Partido Comunista que quer eleição direta para Presidente? 75% da população brasileira, falando nisto?

Extinção do Ato Institucional nº 5 e Revogação do Decreto-Lei nº 477.

É o próprio PDS que trombeteia que eles é que revogaram o AI-5, que concederam a anistia!

Mas esta era uma tese do Partido Comunista! Será que o PDS virou comunista?

4 — Retorno da vigência do "Habeas-Corpus", para Crimes Capitulados na Lei de Segurança Nacional e Abolição da Censura.

Não foi o Presidente Figueiredo, quem, junto com a sociedade brasileira patrocinou a abertura política, e, podem acusar o General Figueiredo, de comunista? Porque há seis anos, o macarthismo que se tenta institucionalizar, a patrulha ideológica que infelizmente muitos, despreparados, tentam englobar com o anticomunismo?

Mas, o último item do que defendia o então Partido Comunista convocação de uma Assembléia Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição no Brasil. E este é o depoimento do advogado Renê Dotti, por sinal, ilustre, um dos mais ilustres patronos deste Estado, e que, de maneira tão brilhante, nas últimas eleições, defendeu muitos representantes do PDS, nas questões junto à Justiça Eleitoral.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos deixar claro de que esta comissão do "bóia-fria", não é uma comissão integrada apenas pelos três Secretários de Estado. O Governo constituiu uma comissão integrada pela representação da sociedade, porque é uma das teses do PMDB de que a sociedade deve participar, que deve ser ouvida, por isso o debate é o interior, por isso a audiência das partes interessadas na solução do "bóia-fria", o "bóia-fria" tem que ser ouvido.

Por isso, Srs. Representantes do PDS, desculpem-me se, no roubo desta defesa, tenhamos até tangenciado de leve a sensibilidade de alguns dos nobres colegas. Mas não tenham esta preocupação e não vejam este "macarthismo" de querer levar as coisas, alternativas que o nosso Governo está querendo e pretendendo fazer, como tendências comunistas e socializantes.

Não vejam, talvez neste gesto desesperado dos homens de boa vontade, que assumiram este Governo, a têm a responsabilidade das dificuldades pela frente, que queiramos desestabilizar a ordem desta Nação!

Mas, vejam, ali, a proposta honesta, sincera, de quem está preocupado com o problema, mais de quem acredita que o problema só será resolvido por outro método: o método usado, empenhado até hoje, não funcionou. Foi o método de cima para baixo; o método ditatorial, arbitrário; move-nos o método democrático, o método de ouvir a parte interessada. Só nele, só com ele e só por ele é que estamos nesta luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O Sr. Roberto Requiao — Deputado, concederá-me um aparte?

O SR. NILSO SQUAREZI — Teria que conceder, primeiramente, então, se Vossa Excelência me concede o tempo, ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência, e amanhã, responderei as inverdades que Vossa Excelência proferiu na tribuna.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concedo aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Roberto Requião — Ilustre Líder, Deputado Nilso Sguarezi.

Antes de mais nada, na condição de Líder de Plantão na Plenária de hoje, concedo a Vossa Excelência os quinze minutos finais, no horário da Liderança, para que o PDS, possa participar deste debate, da maneira que toda esta Assembléia espera, para discutir as posições de um Partido, que deverá, no processo histórico brasileiro, se afastar daqueles velhos métodos de apoio à ditadura, de anticomunismo, e de “macarthismo”.

Pessoalmente, acredito que o que está acontecendo com o atual Partido da Oposição é que ainda não conseguiu se encontrar no processo de abertura e na sua condição, no Estado do Paraná, de minoria de Oposição.

Mas, tenho certeza de que este discurso do Deputado Erondy Silvério foi uma peça isolada, produto das tensões de plenário.

Não acredito, pessoalmente, que este discurso tenha representado a opinião desse nosso companheiro de Assembléia, e não acredito que a linha da resposta a Vossa Excelência, vá reiterar aquelas posições tiradas, repito, num momento de tensão e de irreflexão, provocado pelo ambiente geral da Assembléia Legislativa.

Quero cumprimentar Vossa Excelência pela maneira concisa, precisa e democrática como deu a nossa resposta, hoje, àquelas posições e lhe devolver o tempo para que debata com o PDS e a sua Liderança, para que inicie o debate claro, limpo e leal, das posições que deverão informar o processo de redemocratização do País.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência. Apenas quero enxertar então a propósito disso, o esclarecimento que o Deputado Nelson Friedrich, atual titular da Secretaria do Interior, endereçou aos jornais no último dia 15, a propósito dos comentários e das ilações tiradas sobre tais reuniões.

Diz o Secretário: (Lê)

“1 — Em sua campanha eleitoral, o PMDB assumiu o compromisso de alinhar algumas propostas, com seriedade e rapidez, ante um dos mais graves e complexos problemas sociais do Paraná, aquele representado pela existência de 450 mil trabalhadores rurais volantes, os “bóias-frias”.

2 — Mesmo ciente de suas limitações para equacionar tal problema, uma vez que à competência do Governo Central, cabem medidas efetivas, estruturais, tanto do ponto de vista da política fundiária, o Governo do PMDB decidiu que não deveria ficar imobilizado ou inibido diante dessa constatação.

3 — Em razão disso, semanas após a sua posse, o governador José Richa — no cumprimento daqueles compromissos de campanha acima referidos — decidiu pela formação de uma comissão de alto nível para estudo do problema. Para essa comissão indicou os Secretários da Agricultura, Claus Germer; o Secretário de Estado do Interior, Nelson Friedrich e o Secretário Especial para Assuntos Comunitários, Antenor Bonfim. Além disso, formulou convites à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP — à Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP; e à Comissão Pastoral da Terra - CPT, para que, representando a comunidade paranaense, viessem a participar da comissão.

4 — Assim, fiel também ao seu compromisso de campanha e às diretrizes de administração, o Governo do PMDB formou uma comissão multilateral de representação democrática.

5 — Em sua primeira reunião, presentes as Secretarias de Estado e as entidades convidadas, a comissão chegou a duas decisões: a) A compilação, sem nenhuma restrição de ordem técnica e política, de todas as propostas, sugestões e diagnósticos existentes sobre o “bóia-fria”, elaboradas pelas Secretarias e

entidades envolvidas, além do recolhimento de contribuições de entidades ou órgãos interessados; b) A partir da compilação desses diagnósticos e propostas, a comissão se deslocaria para o interior do Estado, no novo trabalho de recebimento e debate de propostas e diagnósticos.

6 — A compilação dos diagnósticos e propostas — feita, reafirme-se, com contribuição das Secretarias, FAEP, FETAEP e CPT — foi transformada num texto, num rascunho, para conhecimento de todos os interessados no debate da questão. Textualmente, logo na abertura da referida compilação, inseriu-se o seguinte alerta: “Este documento apresenta uma síntese dos diagnósticos já formulados sobre os trabalhadores volantes e uma listagem com as propostas de ação sobre a sua problemática, já sugeridas por órgãos do Governo, FETAEP, FAEP e CPT, juntamente com comissões pds próprios trabalhadores. É importante ressaltar que seria apenas um ponto de partida para discussão dos diversos subgrupos que se terão presentes nas reuniões.

7 — Além disso, na abertura de cada reunião realizada no interior, os coordenadores do encontro insistiram em que a compilação apresentada deveria ser encarada como um rascunho, onde foram anotadas algumas sugestões e propostas e, como rascunho, deveria, dependendo, da opinião de cada participante, ser riscado, complementado, aprovado ou desaprovado. Tratava-se, então, de um debate aberto, sem cartas marcadas, sem prevenções, com cada um exercendo seu livre direito de manifestação e, da mesma forma, acatando democraticamente as concordâncias ou discordâncias. Não se pretendia, a unanimidade, a marcha unida ou o alinhamento automático.

8 — Logo, tomar esse documento, como algumas entidades ou pessoas, na reunião de Jacarezinho, tomaram, encarando-o como uma proposta pronta, acabada e de iniciativa do Governo, foi um erro. Da mesma forma que o repórter da Folha de Londrina, que cobriu a reunião, comete um lapso ao referir-se ao documento como “documento elaborado pelo Governo”, embora em outro trecho da referida matéria o repórter acerta, informando que o “documento é constituído de sugestões feitas pela FETAEP, FAEP, CPT, e comissões de próprios trabalhadores”.

9 — Assim ao taxarem algumas propostas e diagnósticos do documento de “suspeitas”, “marxistas”, estranhas à nossa formação, imputando-as, ao mesmo tempo, à responsabilidade do Governo, como o fizeram alguns participantes da reunião e opiniões transcritas pela “Folha de Londrina”, é além de evidente má fé, um equívoco de grossas proporções.

10 — Nesses diagnósticos e propostas, compilados pelas Secretarias, FETAEP, FAEP e CPT, nenhum órgão estatal ou entidade da comunidade avocou a si o papel de censor. Com liberdade para manifestar sua discordância.

11 — Evidentemente, como são várias as entidades da comunidade envolvidas na comissão e no debate do problema, as posições manifestadas não foram e não são unânimes. Daí, assacar que o referido documento “oferece opções que visam na realidade o conflito de classes”, é uma arrematada miopia e irresponsável distorção. Ao mesmo tempo, esse tipo de manifestação, aí sim, é fruto de uma visão de mundo autoritária, monolítica, antidemocrática, pois nega qualquer possibilidade de divergência, de contradição e pretende moldar a realidade segundo sua concepção individual, particular.

12 — Caso as entidades repsonsáveis pela compilação dos diagnósticos e propostas escoimassem do documento qualquer referência à “reforma agrária”, à desapropriação de terras improdutivas” e outras sugestões do gênero, estariam sendo parciais, fraudulentas, pois tais sugestões constam de inúmeros estudos estatais ou de entidades de trabalhadores e

mesmo patronais.

13 — O fato dessas propostas acima constarem da compilação realizada não significa, por outro lado, que elas tenham sido encampadas pelas Secretarias da Agricultura, do Interior, de Assuntos Comunitários, pela FETAEP, pela FAEP ou CPT. Essas entidades como já foi exaustivamente explicado, apenas compilaram as mais diferentes e contraditórias propostas, sem que isso significasse o estímulo à luta de classes.

14 — Negar a existência de contradições, de propostas e visões que se opõem, especialmente numa sociedade da complexidade como a nossa, por outro lado, é negar os fatos. Mais do que negar os fatos, de subestimá-los ou super-estimá-los, devemos enfrentá-los de cara e peito abertos. De coração e alma abertos. Devemos, isso sim, negar a atitude da avestruz, afundando a cabeça na areia, nos escondendo do mundo, como se assim tudo se resolvesse.

15 — Em nossa campanha eleitoral, assumimos um compromisso de mudança com o povo paranaense. E foi em cima desse compromisso que tivemos a vitória tão significativa de 15 de novembro. E uma das principais mudanças dizia respeito exatamente à melhoria das condições de vida da gente paranaense, em especial dos marginalizados, dos deserdados, daqueles trabalhadores que não são cobertos pela Previdência Social, pelas leis trabalhistas, pela educação, saúde e moradia. Nesse caso, sabemos então incluídos os “bóias-frias”.

16 — Assumi ainda o PMDB, em campanha, os compromissos da democratização do exercício do poder e da participação comunitária nas decisões. A formação da comissão multilateral, como foi, já se constituiu numa forma de democratizar decisões. Em vez de uma comissão fechada em gabinete, constituída por uns poucos técnicos, preferiu o Governo uma comissão mais dinâmica, aberta, tanto em sua composição como em sua ação. E, no sentido de buscar a participação comunitária, a comissão foi ao Interior, convidou entidades e pessoas, abrindo o debate.”

E é este debate que hoje nos traz aqui, que constitui esta nova prática, este novo modelo de Governo.

O Sr. Augusto Carneiro — Vosas Excelência concede um aparte? (Assentimento)

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu e eu digo o seguinte: que já estranhava a atitude de Vossa Excelência como Líder do Governo, fazendo uma pregação de que deve haver um debate aberto de assuntos importantes como esse. E tanto é importante esse assunto do pronunciamento feito pelo colega Erondy Silvério...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência anuncia com satisfação a presença da visita de Sua Excelência, Sir George Willian Harding — Embaixador Extraordinário Plenipotenciário do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, que faz uma visita a este plenário nesse instante.

Esta Presidência suspende por alguns instantes esta sessão. (Está suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está reaberta a sessão. Esta Presidência comunica que o orador tem três minutos para concluir.

O SR. NILSO SGUAREZI — Então dou por encerrada a minha participação, Sr. Presidente. Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No horário da Liderança esta Presidência consulta o PDS se vai fazer uso da palavra.

A LIDERANÇA — Esta Liderança concede por 30 minutos ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como sei, Sr. Presidente, que a esta Casa não chegam os analfabetos e nem os mentecaptos, atribuo a deturpação do meu pronunciamento feito nesta Casa, com relação aos acontecimentos de Cascavel a deliberada malícia do Líder do Governo nesta Casa, para tentar fazer aquele circo, palanque eleitoral da sua tribuna.

Vou respondê-lo amanhã, item por item, mas quero assegurar a Vossa Excelência e a esta Casa desde já, que não chegarei ao auge do histerismo como chegou o Líder do Governo nesta Casa. Que não tripudiarei sobre nenhum companheiro, porque, Graças a Deus, apesar de homem simples e humilde, tenho educação, o que faltou hoje ao Líder do Governo nesta Casa. É um homem mal educado, que não tem o mínimo respeito aos seus colegas desta Casa.

Amanhã responderei o seu discurso, mas dentro da ética parlamentar, não baixarei o nível dos debates. Apenas quero dizer a Sua Excelência que não fui favorável a este acordo expúrio feito entre o meu Partido e o PTB. E que não vou me admirar muito se o Sr. João Pinheiro Neto amanhã, chegar a Ministrô. Pois o PMDB, no passado não chamava o Sr. Jayme Canet de latifundiário, de explorador, de corruptor e corrupto e não se valeu do Sr. Jayme Canet para chegar ao Governo? Então em política tudo acontece.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. É mais fácil pegar um mentiroso do que um coxo. A mentira tem pernas curtas.

Vejam o que se resolveu denominar de rascunho. É um convite assinado pelo Secretário Klaus Germer, da Agricultura. E a Comissão sugere também que todos venham para a reunião com o documento base já lido. São expressões do Secretário da Agricultura; e com um coordenador e com um relator escolhido para o seu sub-grupo.

E lá adiante nós vamos observar aqui no rascunho: medidas de ação e propostas - modalidades de ação e propostas. Isto nunca foi rascunho, isso é um temário de uma reunião que teve o repúdio de todos os homens sérios, de todos os ruralistas sérios do Paraná.

Agora é evidente que o nosso pronunciamento doeu, machucou, e por isso nós fomos agredidos violentamente na tarde de hoje, pelo linguajar baixo usado pelo Líder do Governo nesta Casa que não honra o seu Governo, usando termos anti-parlamentares e anti-regimentares. Amanhã responderei a Sua Excelência. Hoje, quero me valer da “generosidade” do nosso Líder para responder à nota emitida pelos Secretários da Agricultura, do Interior e Assuntos Comunitários e publicada pelo jornal “O Estado do Paraná”, na última sexta-feira.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Temos a grata satisfação de oferecer a esta Casa notícias sobre a última reforma patrocinada pelo Governo do Paraná em nosso Estado. Talvez seja até a melhor reforma, porque é apenas “semântica”, não tira o emprego de alguém e, desta feita, não prejudicou setor algum da administração.

Os Secretários da Agricultura, Interior e Assuntos Comunitários acabam de reformar o conceito do que seja comunidade.



Para esses Srs., a comunidade passa a ter a seguinte definição: comunidade é o conjunto de pessoas que concordam com o Governo.

Fazemos esta colocação, Sr. Presidente, nobre Srs. Deputados, tendo em vista a nota oficial assinada por aqueles Srs. Secretários e publicado pelo jornal "O Estado do Paraná", na edição da última sexta-feira, em que aqueles sapientes homens públicos aparecem como representantes da Comissão Especial sobre o trabalhador rural volante. Esta nota responde ao pronunciamento que fizemos na última quarta-feira, reportando a repercussão que tivera a reunião realizada com ruralistas do Oeste do Paraná. Nesta nota oficial que aliás não está endossada pelas outras entidades que compõem a Comissão Especial que são a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a Federação da Agricultura e a Pastoral da Terra.

Aqueles íncritos homens públicos pronunciaram-se ontem por seu Presidente na televisão repudiando violentamente a reunião, mas no documento, não havia se manifestado, e a verdade precisa ser dita, ao contrário das artimanhas que usou o Líder do Governo nesta Casa, deturpando a verdade e os fatos. Mas aqueles íncritos homens públicos que são os Secretários, só nos chamam de mentirosos, deturpadores, palavras aliás endossadas. E recebi com muita tristeza palavras endossadas pelo Líder do Governo nesta Casa. Chamaram-nos de mentirosos, deturpadores, caluniadores, desinformados e denunciantes de má-fé.

Ora, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, quem ouviu o nosso pronunciamento sabe que reportamos a preocupação de ruralistas do Oeste do Paraná em virtude das propostas apresentadas a sua consideração. Deixei claro naquela oportunidade que o grupo de trabalho por eles integrado em nome da entidade da região, lavrou um documento assinado pelos Srs. Diácono Meneguel, coordenador e Luiz Bosquioli, relator, onde se lê, além de outras críticas, o seguinte: "causam preocupação e estranheza" - não são palavras minhas, nobre Líder do Governo.

Algumas colocações constantes na proposta, onde se entreve a clara intenção de instigar as diferentes classes ao confronto. Portanto, não aceitei a "pecha" de marcathismo como também não aceitei de Marx e de Lênin. Apenas traduzi aqui a preocupação dos homens que produzem e que lavram a terra e que fazem a riqueza deste Estado.

Naquela proposta, se vê a clara intenção de instigar as diferentes classes ao confronto nocivo e danoso para toda a sociedade. O segmento social, representado por essas entidades, manifesta o seu repúdio a toda e qualquer manifestação radical, entendendo ser o diálogo e o desarmamento de espíritos o caminho mais racional e rápido para alcançar soluções. É o que dizia o documento.

Então, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, não deturpei, não menti, não caluniei, não usei de má-fé, quando aqui alertei para uma preocupação desencadeada por essa Comissão, gerando apreensões contra uma política expropriatória da propriedade rural.

Afirma a nota oficial dos Secretários de Estado, que as propostas levadas ao Debate em Cascavel, não eram do Governo. Como se Secretários de Estado não representassem o Governo. Dizia assim os digníssimos Secretários: a compilação dos diagnósticos e propostas já existentes, foi transformada num rascunho, para conhecimento de todos os interessados no debate da questão.

Com isso quiseram os sapientes Srs. Secretários, que as propostas não são deles. São de outrem...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Sapientes, mas que não leem a Constituição.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... São de quem, eu pergunto? São de quem? São de quem estas propostas? Estas pro-

postas, Srs. Deputados, não foram levadas a debate, como rascunho; foram temário. E por temário, entende-se assuntos levados à discussão, pela entidade promotora. Ou seja, pela Comissão Secretarial. Omitiu esse detalhe, o Líder do Governo nesta Casa; lamentavelmente. Tanto isso é verdade, que o próprio grupo de ruralista, que debate o assunto em seu relatório, em meio a um protesto, escreveu assim: o açodamento e a forma intempestiva, como foram convocados os diversos segmentos da sociedade, convite e temário foram entregues às entidades, com exíguos três dias de antecedência, permitem interpretações diversas. As entidades presentes, preferem crer, seja a intenção a mais isenta. Advertem porém, que problemas de tamanha amplitude, merecem melhor reflexão e ponderação, sob pena de frustração total, com reflexos ainda mais negativos à estabilidade social e ao segmento a quem apressadamente...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Deputado Erondy, será que agricultores do Oeste, estão chamando de...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei o aparte a Vossa Excelência. Vê, pois, os Srs. Deputados, a palavra claramente enunciada pelo grupo: Temário. Isso que os nossos hermenêuticos Secretários, classificam como rascunho. E quem é que está agora faltando com a verdade? Sou eu? É a sociedade de ruralistas, ou é o Líder do Governo nesta Casa? Fui eu que menti? Fui eu que caluniei?

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — É que o Deputado Nilso Sguarezi, Líder do PMDB...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Darei o aparte logo em seguida a Vossa Excelência. O que os três Secretários classificam como rascunho, foi na verdade uma proposta catalogada, organizada em itens. Em itens. Está aqui nas minhas mãos, ninguém pode esconder este documento. Catalogada em itens. Jamais um apanhado esparso de sugestões, como quer fazer crer a nota dos Secretários e a Catilinária do Líder do Governo nesta Casa. Tenho aqui o documento. Está aqui. Isto que os Srs. Secretários classificam de rascunho, está dividido em capítulos, dos vários tipos de ação. Está aqui. Não vou ler, porque o tempo não permite. Está aqui para quem quiser manusear o documento. Agora, eu lhes digo porque penso que os doutos Secretários entendem que a comunidade é o conjunto de pessoas que concordam com o Governo. Baseado nos fatos e nos documentos, cheguei às minhas conclusões. Tomei a posição que achei correta. Emiti minhas críticas e classifiquei propostas, como somente viáveis, num Estado socialista, totalitário. Porque no nosso não é viável, as propostas levadas por esses três Secretários àquele conclave de Cascavel. Isso é muito bom em Cuba, na Rússia, na Hungria, no Afeganistão, no escambai, mas aqui no Brasil e no Paraná, não. É a minha opinião e será que como Deputado, que represento 35.000 eleitores, não pertenço a comunidade?

É a minha opinião, Sr. Presidente.

E diz a nota oficial, que a Comissão foi para chamar a comunidade a participar do debate e elaboração de propostas que mais fiz eu, se não falar por essa invocada comunidade, como não aplaudí, fui excluído e hoje fui agredido nesta Casa, porque não aplaudí, se eu aplaudisse era bonzinho, o que que é isso, não aplaudí, sou um caluniador de má-fé, sou mentiroso, sou deturpador e sou mal informado.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Provoca-nos tristeza, ver gente assim despreparada, confusa, inconcluyente, passional, lamentavelmente passional, ocupando a direção dos destinos desse nosso grande Paraná, o Paraná realmente não merece isso, mas tenho que responder aos Srs. Klaus Gerner, Nelson Friedrich e Antenor Bonfim, pela sua bobiciada, mentirosos são os Senhores, eles Secretários que pretendem confundir a opinião pública, furtando-se de assumir a autoria de um documento que por eles mesmo foi apresentado à comu-



nidade, eles sim é que são mentirosos, porque então não identificaram de quem era aquela proposta, aquele que limita a propriedade rural, a área de terra que cada família pode explorar, foi apresentada por quem? Por quem? Pelo partido comunista do Batel não foi. Então por quem que foi.

De má-fé são os Srs. Secretários, porque não cumprem compromissos que assumiram durante a campanha política, á antológico aqui neste País, que quando não se pretende resolver um problema e aí eu incluo também o meu governo.

Não estou aqui para bater palmas aos erros do meu governo.

Mas é antológico neste País, que quando se quer jogar um negócio para as calendas, se constitui logo uma Comissão e esta foi forte, foi inter-secretarial, para estudar o assunto, isto para mim é má-fé.

Deturpadores são os Srs. Nelson Friedrich, Antenor Bonfim e Klaus Gerner, quando dizem que minha manifestação deve ter sido mentirosa e isto é o que dói, porque me acostumei a viver durante anos sob censura e arbítrio, peço a estes três Secretários, que estavam nos coeiros em 1968, por ocasião da edição do AI-5, que consultem os Anais desta Casa, que vejam a minha atuação naquela oportunidade, quando as cassações minha e do Deputado Anibal Khury, eram tidas como certasse eu escapei porque fui ao Comandante da região e desafiei que ele apontasse um só ato desonesto na minha vida pública, mas aqui não permiti que este Poder fosse conspurcado, enquanto nele exerci a sua Presidência.

Consultem os Anais da Casa, vejam os meus pronunciamentos os mais candentes, contra erros da própria revolução foram da minha autoria e naquela época os Deputados do MDB, acovardados talvez, calaram-se. Estão aí os Anais da Casa, quem é Nelson Friedrich, quem é Klaus Gerner, quem é Bonfim, para vir me dar lições de comportamento, moral e cívico.

Dizer que me acostumei com o arbítrio. Sou contra ditadura de esquerda e de direita. Os meus pronunciamentos contra a TFP estão aí nos Anais da Casa. Meu requerimento, mandei-o ao Ministro da Justiça, protestando contra a existência daquela famigerada organização. Sou democrata.

Nem arbítrio de Figueiredo, nem AI-5, nem política arruinosa de Delfin, mas nem um comunismo escravizador de Fidel Castro.

Lamentavelmente, alguns Secretários estão atrelados. Lamentavelmente.

É o apelo que faço neste instante ao Governador do Estado, homem de bem, oriundo da democracia cristã, que expurgue dos quadros do seu Governo esses radicais se quiser levar ao bom termo, se quiser cumprir as promessas que fez à coletividade paranaense. Porque, ele é um homem de bem. Todas as passagens de Richa pela vida pública foram de modo a receber elogio e respeito.

Não vou permitir que 3 Secretários venham chamar um representante do povo de mentiroso, porque, interpretou o pensamento da classe rural do oeste do Paraná. Não vou permitir isso, Sr. Presidente. Jamais, porque no instante que permitir e sem reagir, rasgo o meu diploma e vou embora para casa. Não vou permitir que 3 comunistóides procurem aqui me ditar normas de comportamento dentro desta Casa.

Não quero ceder aparte a Vossa Excelência, porque Vossa Excelência não foi cortês, não me concedeu aparte, disse uma série de inverdades, deturpou o meu pronunciamento, armou um circo, um palanque eleitoral. Chamou-me de mentiroso. E não fora o espírito público do Presidente que mandou escoimar dos Anais da Casa aquela expressão injuriosa (conversas paralelas), a defesa. Vossa Excelência sabe que fui Líder de Governo nesta Casa, exatamente 34 contra 24 Deputados de Vossa Excelência, mas jamais usei a força. O direito da força sobre a força do direito.

Vossas Excelências tiveram a melhor consideração durante o nosso Governo. Todas as questões foram debatidas com Vossas Excelências que eram minoria naquela oportunidade. Desde o empréstimo externo até as grandes decisões do Governo. Vossas Excelências estão hoje dirigindo os trabalhos desta Casa, principalmente na pessoa do Líder do Governo com ares ditatoriais como se Vossas Excelências fossem o todo poderoso nesta terra. Vossa Excelência imposta a voz, chega ao histerismo, arma um palanque, calúnia, deturpa, faz declarações inverídicas e não concede um aparte para quem quer se defender.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado, Vossa Excelência está sendo totalmente incoerente. Chama os Secretários de comunistas, porque eles encaminham um documento que tem uma proposta de alguém.

Mas, Vossa Excelência me concedeu o aparte. Que democrático. Obrigado pela democracia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já vai ter um ataque histerico aí. O homem do histerismo.

Sr. Presidente, o Líder do Governo está deturpando o que afirmei da tribuna. Não disse que os Secretários de Estado apresentaram este documento e por isso devam ser classificados como comunistas.

O que eu disse é que comunistóides ou simpatizantes venham aqui deturpar, ditar normas de comportamento a um representante do povo. É isso que eu não permito, Sr. Presidente. É contra isso que eu não permito, Sr. Presidente.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte?

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência concede o aparte, ou terminou a democracia nesta Casa?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Gostaria, perdoe o nobre Líder, gostaria desde que Vossa Excelência seja rápido pois o tempo é escasso.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência os chama de comunista porque entende que eles querem desapropriar determinada área de terra...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu não, está escrito aqui! E porque houve reação.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vai permitir?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Permito.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência chama de comunista alguém porque quer desapropriar uma terra improdutiva. Vossa Excelência não é comunista ao pretender desapropriar uma empresa que está trabalhando, que é a empresa Aftalla, como é que é isto, Sr. Deputado explica!... Chama de comunistas os caras da Oposição!

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Figurei um exemplo, Sr. Presidente. Existe uma empresa que sempre gozou de benefícios indevidos do Governo, lamentavelmente do meu Governo.

Essa empresa vem fraudando seus empregados e fiz uma sugestão, que se quisesse fazer uma reforma agrária no Paraná, isenta de paixões, se começasse por quem realmente não vem cumprindo seu papel dentro da sociedade.

Mas jamais tentar limitar uma área de terra ao número de pessoas constante de uma família, tentar terminar com fazendas produtivas, mecanizadas, levando o desassossego, a intranquilidade. Vossa Excelência está deturpando. Eu, no início do meu pronunciamento, disse que os analfabetos não chegam a esta Casa, e Vossa Excelência não é analfabeto e sim um bacharel brilhante. Não pode deturpar o que eu estou fa-

lando. Vossa Excelência está querendo que eu desvie a minha linha de pensamento, mas não vai conseguir.

**O Sr. Luiz Alberto de Oliveira** — Vossa Excelência fez uma colocação, perguntando quem são os três Secretários, e eu vou dar-lhe alguns dados.

Por exemplo, o Sr. Antenor Bonfim é o advogado dos Cr\$ 40.000,00 do ITC. O Sr. Nilton Friedrich, por sua vez, é advogado do seu sogro Ernesto Dal'Oglio num dos grandes latifúndios do Oeste do Paraná. E o Sr. Klaus Kleber, esposo da funcionária de confiança do Governo Ney Braga, chefe de um grupo especial de uma Secretaria.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — 100 alqueires de latifúndios, nobre Deputado?

**O Sr. Luiz Alberto de Oliveira** — Certo? Então Vossa Excelência verifica que na verdade, a proposta peemedebista, mais uma vez é uma mentira, como na verdade, Sr. Deputado Erondy Silvério, eu não sei se o Deputado Nilso Sguarezi, quando iniciou o seu pronunciamento, quis se referir ao verbo cascatear ou ao verbo "cascar", e talvez tenha querido se referir ao verbo "cascar", porque Vossa Excelência tirou a roupa dos Secretários de Estado.

Se eles realmente têm propostas comunistas, que façam as propostas comunistas.

Então como Vossa Excelência "cascou" o secretariado do Governo José Richa, o Deputado Nilso Sguarezi ficou histórico como é o seu comportamento normal.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e eu na minha vida pública nobre líder, sempre procurei respeitar o lar e a vida privada do cidadão.

Não me interessa o que fazem os Secretários de Estado na sua vida particular. Interesse-me pela sua vida pública.

Eu quero aqui lançar um desafio ao Líder do PMDB e a estes três Secretários.

Eles afirmam que eram apenas sugestões. Então eles que façam uma nova publicação. Este é o desafio que eu faço, desafio sério, sem nenhuma ironia, porque eu não estou contra uma reforma agrária séria, que vise expropriar latifúndios improdutivos, absolutamente.

O que eu estou contra, são às ameaças que se fazem numa reunião de homens de bem, de homens sérios; contra a propriedade privada, e Vossas Excelências no fundo também estão contra isso, eu sei. É que é dever de ofício defender, eu compreendo, muitas vezes defendi aqui nesta Casa o indefensável.

Mas então eu desafio esta Comissão Secretarial a provar aquilo que afirma em nota oficial.

Que façam nova publicação e desta feita relacionando todas as sugestões e identificando a entidade que sugeriu cada uma delas. Então, ficaremos sabendo quem pediu a expropriação de terras. Pode ser que eu esteja até enganado e então, vou me penitenciar.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Eu me comprometo, assumo o compromisso de trazer para Vossa Excelência.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Agora, até que seja tomada essa providência, tenho o direito - não só eu, mas como todos os Deputados de bom senso, como todos os ruralistas do Oeste do Paraná - de pensar que a proposta foi mesmo do Governo porque está aqui; três Secretários de Estado assinaram, digo, subscreveram como temário e Vossa Excelência não é bobo. Vossa Excelência é esperto e não chegaria onde chegou se não fosse vivo. Vossa Excelência sabe que isto aqui é um temário. Eu assumo um compromisso público de vir me penitenciar aqui desta tribuna e perante a imprensa. Mas que se identifique a entidade que quer expropriar terras numa agressão à Constitui-

ção Brasileira. Numa agressão ao direito mais sagrado de um cidadão, que é o seu direito à propriedade, àquela que ele ganhou com o suor do seu rosto, com o trabalho honesto, fecundo. Eu assumo esse compromisso. Espero que Vossa Excelência cumpra o seu.

Concedo, ao nobre Deputado Maia Filho, o aparte.

**O Sr. Jorge Maia Filho** — Nobre Deputado. Na realidade, eu havia aparteado o nobre Líder do Governo em seu pronunciamento e ele declinou a sua palavra não nos dando o aparte. Quero apenas dizer que eu também discordo deste último documento e da defesa que o nobre Líder do Governo faz, quando diz que essas propostas feitas por essa Comissão, foram ouvidas por todas as entidades de classe participativas. Eu digo que é mentirosa essa afirmação, porque estiveram na minha cidade, na cidade de Apucarana...

(TÍMPANOS)

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** — Comunico ao nobre orador que está na tribuna, que seu tempo está esgotado. Concedo-lhe, entretanto, um minuto para conclusão do seu discurso.

**O Sr. Jorge Maia Filho** — Estiveram na cidade de Apucarana onde nós temos o primeiro projeto cooperativista de bóia-fria, pioneiro no Brasil, onde já estão instalados 50 bóias-frias em suas casas, residências feitas por esse projeto pioneiro, onde todos têm seu quinhão de terra, onde plantam os seus alimentos e os seus legumes. Projeto esse, que recebeu, inclusive, até uma carta de louvor pela Unesco, pelo brilhantismo com que ele foi implantado. Pois bem, projeto feito no Governo do Sr. Ney Braga, inclusive encabeçado por um ex-padre da nossa cidade. Pois bem, esteve a Comissão na cidade de Apucarana, nem sequer convidaram a esse elemento criador, inovador e implantador desse projeto de bóias-frias. Então, fica aí claro e evidente que eles já levam a Comissão já leva esse temário pronto; já é uma proposta...

(TÍMPANOS)

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** — Comunico a Vossa Excelência que seu tempo está encerrado.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

O Presidente da Comissão de Ecologia e Meio-Ambiente está convidando os Srs. Deputados e Funcionários a assistirem ao filme "Mato eles", de Sérgio Bianchi, às 17 horas no pequeno auditório. O convite é feito porque este documentário cinematográfico se relaciona com assuntos desta Comissão.

Sobre a mesa, Emendas ao Projeto de Lei nº 05/83, em número de quatro (04), de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constantes do expediente.— Ao Departamento Legislativo, para juntar ao projeto de lei.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury e Airton Cordeiro, constante do expediente, devidamente apoiada.— Recebida.— Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente devidamente apoiada.— Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 14 e 47/83, constantes

da Ordem do Dia de hoje. -- **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação acima aprovado:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 14/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 40/83), que dá nova redação ao art. 2º, da Lei nº 7700, de 05/01/83, estendendo aos Policiais Militares reformados ou transferidos para reserva remunerada, os benefícios das Leis nºs 7434/80 e 7637/82, (Gratificação de Risco de Vida) e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 47/83, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, aprovado na mesma por unanimidade, e que define e regulamenta o desempenho das funções do Vice-Governador do Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 04/82, de autoria do ex-Deputado JURANDIR MESSIAS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CENTRO SOCIAL INFANTIL MARIA JOSE COUTINHO CAMARGO", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 104/82, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORA DE ROTARIANOS DE JANDAIA DO SUL", com sede no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Irapuã Fanchin Taques da Fonseca, membro de tradicional família pontagrossense, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do funcionário Ubaldino Leal Fontoura, ocorrido hoje.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ubaldino Leal Fontoura, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Nalon, ocorrido no dia 20 corrente, em Bituruna. -- **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução nº 51/83, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que determina o arquivamento de proposições apresentadas na legislatura anterior.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 34/83, a qual visa dar nova redação ao Art. 51 da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que autorize o fornecimento de equipamento de emergência para combate a incêndio, para o Município de Antonina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a instalação de um Posto da Acarpa no Município de Fênix.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento e da Agricultura e aos Secretários do Planejamento, da Agricultura, dos Transportes e do Interior, no sentido de proporcionar condições, através de alocação de recursos e execução de obras para que a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda., de Guarapuava, responsável por representativa parcela da produção agrícola paranaense, possa retomar suas atividades normais — **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior, Presidente da Copel e Presidente da Sanepar, sugerindo a isenção do pagamento das taxas de água e luz das instituições particulares de amparo ao menor órfão, carente e abandonado. Entidades sem fim lucrativo, subvencionada pela comunidade, por particulares e órgãos governamentais **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas as providências na instalação de um semáforo no bairro do Seminário, a pedido das diretorias da Escola D. Pedro II, Colégio Rio Branco e Colégio Paranaense.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Sanepar, através da Secretaria do Interior, no sentido de serem tomadas urgentes medidas para o início do abastecimento de água no Distrito de São Luiz no Município de Chopinzinho.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da Copel, através da Secretaria do Interior, no sentido de que seja efetuado um estudo para instalação de uma Subestação redistribuidora no Município de Altamira do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de solicitação ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., no sentido de que seja instalado um Posto Avançado de serviços na cidade de Fênix.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de solicitação ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de viabilizar o asfaltamento do trecho da Rodovia PR-90, que liga Bela Vista do Paraíso a Sertanópolis.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de autorizar a Radipar a efetuar estudos técnicos para melhor captação de sinais de TV na retransmissora de Laranjeiras do Sul.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a continuidade das obras de pavimentação asfáltica da PR-180, no trecho Rondon/Cruzeiro do Oeste, interligada à PR 323.— **Aprovado.**

Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pércles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, para que o mesmo determine à Emopar seja efetuada a reforma do prédio que abriga o Fórum Dr. Abranches, no Município de Tibagi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pércles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine a Sanepar, para a ampliação do sistema de captação e distribuição de água da sede, no Município de Tibagi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pércles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine a Sanepar, a implantação de sistemas de captação e distribuição de água na sede do Distrito de Caetano Mendes e na localidade de Barro Preto, no Município de Tibagi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pércles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, apelando no sentido de que seja inserido no calendário Oficial da Secretaria, a Feira da Novilha a partir de 1984, com realização prevista no mês de outubro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine ao Sr. Secretário da Segurança, no sentido de dotar o Município de Antonina de equipamento de emergência para prevenção e combate a incêndios.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, sugerindo o desdobramento das Varas Cível e Criminal e a nomeação de mais um Juiz e mais um Promotor de Justiça, na Comarca de Marechal Cândido Rondon.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança, e ao Sr. Diretor da Polícia Civil, no sentido de que seja nomeado novo Delegado de Polícia para a Décima Terceira Subdivisão Policial de Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam liberadas verbas e equipamentos para a normalização do tráfego das rodovias que dão acesso ao Município de Teixeira Soares, totalmente ilhado em função das chuvas ocorridas nos últimos dias naquela localidade.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 25º aniversário de atividades jornalísticas do colunista paranaense Calil Simão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que encaminhe ao órgão competente ordem para instalação de um Posto de Serviço Telefônico e de linhas para Telefones dos tipos residencial e comercial, no Distrito de Alto Amparo, no Município de Tibagi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos atletas

e técnicos responsáveis, no Campeonato Brasileiro Júnior, e Senior de Judô, realizados nos dias 20 e 21 de maio do corrente ano, em Fortaleza.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de ser utilizado junto às Delegacias de Polícia de nosso Estado, serviços de Assistentes Sociais para melhor atendimento às pessoas que venham a ter passagem pelas mesmas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado, Secretários da Segurança e da Justiça, no sentido de que sejam tomadas as providências na construção do Complexo Policial no Município de Ponta Grossa.— Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei nºs 14 e 47/83.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 51/83.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 394/83

conceder à funcionária JOANA MACIEL DE FARIAS, matrícula nº 156, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 23 de maio de 1983. (Protoc. nº 4481).

PORTARIA Nº 395/83

conceder ao funcionário MIGUEL JORGE NASSAR NETO, matrícula nº 465, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1982, a partir de 10 de maio de 1983. (Protoc. nº 4460).

PORTARIA Nº 396/83

conceder ao funcionário JOSÉ DA TRINDADE, matrícula nº 503, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18 de maio de 1983, em prorrogação. (Protoc. nº 4443).

PORTARIA Nº 397/83

conceder ao funcionário CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES, matrícula nº 594, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1º de maio de 1983, em prorrogação. (Protoc. nº 4444).

PORTARIA Nº 398/83

prorrogar até 30 de junho de 1983, a permanência neste Poder, da funcionária MARLENE CUNHA, da Secretaria de Educação, ficando a mesma designada para prestar serviços no Serviço de Biblioteca. (Protoc. nº 1938).

PORTARIA Nº 399/83

prorrogar até 30 de junho de 1983, a permanência neste Poder, da funcionária DIVANIR TEVERNA POLLI, da Secretaria de Educação, ficando a mesma designada para prestar serviços no Departamento de Finanças. (Protoc. nº 2319).

PORTARIA Nº 400/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, à funcionária AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES, matrícula nº 079, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. nº 4262).

PORTARIA Nº 401/83

designar EDSON ALMIR DUARTE, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tuguio Setogutte. (Protoc. nº 3966).

PORTARIA Nº 402/83

mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do Art. 102, § 3º, da Constituição Federal, em favor de JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula nº 394, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, seis (06) meses e vinte e três (23) dias, compreendido entre 30 de dezembro de 1963 e 23 de julho de 1965, em que exerceu o mandato de Vereador no Município de Rio Branco do Sul. (Protoc. nº 9187).

PORTARIA Nº 403/83

conceder à funcionária NILZA MARIA DE OLIVEIRA BENEVIDES, contratada deste Poder, licença maternidade, de acordo com o Art. 392, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 25 de abril a 17 de julho de 1983. (Protoc. nº 4288).

PORTARIA Nº 404/83

mandar contar, para os efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei nº 7634, de 11 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto nº 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de ALFREDO PRESTA, matrícula nº 057, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de treze (13) anos, sete (07) meses e vinte e dois (22) dias, em que prestou serviços em atividades regida pela Lei nº 3807, de 26 de agosto de 1960. (Protoc. nº 3832).

PORTARIA Nº 405/83

revogar a Portaria nº 127/83, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Mário Pereira, o funcionário LÁZARO DA SILVA, matrícula nº 521, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. nº 3706).

PORTARIA Nº 406/83

designar FIRMINO JOSÉ DE SOUZA, funcionário contratado deste Poder, pela Administração, como Agente de Segurança, para prestar serviços no Serviço de Segurança, a partir de 16 de maio de 1983. (Protoc. nº 4330).

PORTARIA Nº 407/83

designar OSVALDO DO CARMO, funcionário contratado deste Poder, pela Administração, como Agente de Segurança, para prestar serviços no Serviço de Segurança a partir de 16 de maio de 1983. (Protoc. nº 4331).

PORTARIA Nº 408/83

designar ARIIVALDO FERNANDES DE BARROS SOBRINHO, funcionário contratado deste Poder pela Administração, como Agente de Segurança, para prestar serviços no Serviço de Segurança, a partir de 16 de maio de 1983. (Protoc. nº 4332).

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de maio de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA  
DIRETOR GERAL